



Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1984.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

A hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiati, Pércides Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinatti. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para acompanhar Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado das Finanças até este recinto, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Orlando Pessuti.

Na presente sessão, Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado das Finanças, Senhor Erasmo Garanhão, responderá aos Senhores Deputados sobre fatos que originaram a aprovação, por esta Casa, de requerimento cujo teor passo a ler.

"Os Deputados componentes da Bancada do PMDB do Estado do Paraná, infra-assinados, com base no Artigo 92 e seguintes, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e Artigo 20 da Constituição do Estado, requerem após ouvirem o Plenário, sejam convocados os Senhores Secretários de Estado, Belmiro Valverde Jobim, Castor, do Planejamento, e Erasmo Garanhão, das Finanças, a fim de prestarem esclarecimentos sobre os fatos que originaram a criação de uma Comissão de Alto Nível, determinada pelo Decreto 2934/84.

Outrossim, fulcrado no Artigo 92, parágrafo 1º, do Regimento Interno deste Poder, que os mesmos compareçam, o primeiro no dia 15 do corrente, às 14:30 horas; e o segundo, dia 16 às 14:30 horas, para serem ouvidos em Sessão Plenária Especial deste Poder".

A Sessão será integralmente destinada à explanação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças,

conforme mandato constitucional, Artigo 20 da Constituição do Estado, combinado com o Artigo 92 do Regimento Interno. Para as considerações iniciais, O senhor Secretário terá prazo de 45 minutos, prorrogáveis por mais 15 minutos, se assim o desejar. Os Senhores Deputados que desejaram formular perguntas, deverão inscrever-se com antecedência no Livro Próprio, que se encontra sobre a mesa, e cada Deputado inscrito poderá fazer uso da palavra uma única vez, pelo espaço de três minutos, improrrogáveis, para formular uma ou mais perguntas.

Cada líder, após encerrada a fase de perguntas, poderá fazer uso da palavra por dez minutos para questionar o Senhor Secretário de Estado, ou tecer considerações. Este prazo poderá ser prorrogado, se assim o desejar cada líder, por igual prazo.

As demais questões regimentais serão reguladas pelo Regimento Interno da Casa. Conforme preceitua o Artigo 97 do nosso Regimento Interno, as questões de Ordem só serão aceitas pela Presidência, se for focado o Artigo regimental, ou se o Regimento Interno estiver sendo descumprido.

Advirto as galerias, que conforme Artigo 119 e parágrafos, as galerias não poderão se manifestar, seja em sentido de aprovação ou reprovação. A Presidência faz esta advertência, e comunica aos ilustres visitantes, que não permitirá manifestações de espécie alguma, e se caso as manifestações acontecerem, será levado ao constrangimento de fazer evacuar as galerias.

Quero antecipar às lideranças partidárias com assento nesta Casa, em particular e a todos os Senhores Parlamentares, agradecer a colaboração para o bom desempenho desta sessão, que por certo não faltará por parte dos Senhores Parlamentares.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senhor Secretário Erasmo Garanhão, para as suas considerações iniciais.

Comunico ao Plenário que durante a explanação do Senhor Secretário não serão permitidos apartes.

Está com a palavra o Senhor Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Excelentíssimo Deputado Trajano Bastos, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ilustríssimos Deputados que compõem a Mesa diretiva dos trabalhos, Senhores Deputados, meus Senhores, minhas Senhoras.

Tenho enorme prazer em comparecer hoje a esta Assembléia, não só pelo fato de vir prestar esclarecimentos de um fato, mas sobretudo, por vir prestar este esclarecimento aos Senhores Deputados, e através dos Senhores Deputados, ao povo de um modo geral.

Apraz-me sobremaneira aqui estar, sabendo que esta Casa congrega 58 Excelentíssimos Senhores Deputados, pessoas que mereceram o apoio do povo, a aprovação do povo e que passaram pelo crivo do povo.

Esta minha participação nesta Casa hoje, é uma demonstração evidente de que o Governo comandado pelo Senhor José Richa, de que o Governo do Partido Democrático Brasileiro é realmente um Governo democrático, que tem amor à liberdade, absoluta e profundamente transparente.

Ontem nesta Casa me atribuíram o erro, ou engano, ou quem sabe outra coisa de que eu tivesse cometido na administração da Secretaria das Finanças, prodigalidade ou liberalidade, ou incompetência e que esse ato teria suscitado prejuízos ao Estado de 98 mil dólares.

Na tentativa de provar essas acusações, não ficou clara,

limpa e cristalina a verdade toda. Aqui surgiram inverdades e surgiram meias verdades. Fatos foram buscados, pinçados para representar essas meias verdades, prejudicando o todo; prejudicando o conjunto que representa verdadeiramente a verdade. Temos que entender que, a administração é dinâmica, que ela é representada por um filme. A administração do Estado não é estática, paralisada, morta. A administração do Estado não é representada estaticamente por uma fotografia.

Pretendo mostrar aos Senhores Deputados hoje, com toda a sinceridade, com toda a humildade que tem que ter um Secretário ao comparecer à Casa do povo; mas apresentando aos Senhores Deputados dos dois partidos, o filme, o dinâmico, o translúcido, a verdade cristalina.

O Brasil em 1983 passou por uma crise, e passa até hoje, sem antecedente do Brasil. A crise de 1930 e de 1963 e 1967, não chegou perto da crise atual. E a situação financeira do Brasil em 1983 foi absolutamente atípica, diferente do que se conhecia, e por isso os negócios tiveram que ser tratados de forma diferente.

O País em 1983 não encontrava dólares fácil no exterior como era encontrado nos anos anteriores. Enquanto que por volta de 1973 explodia o preço do petróleo e sobravam dólares aos países árabes que queriam aplicar no Brasil, porque aqui a mão-de-obra é barata, porque aqui o retorno é fácil; porque o Governo Federal nos últimos anos facilitou, de toda ordem, a remessa de recursos para o exterior, seja no super ou subfaturamento das exportações e importações brasileiras, que as empresas multinacionais faziam através de suas filiais.

Disse-se ontem, também, aqui, que poder-se-ia ter feito os negócios em nome do Estado sem o pagamento de taxas de intermediação. Sou obrigado a dizer aos Senhores Deputados nesta hora que conduzi os negócios da Secretaria das Finanças com responsabilidade.

Não posso, como Secretário das Finanças do Estado do Paraná, representando nos atos de negócios financeiro do Governo do Estado, permitir-me dominado pela ingenuidade ou pela infantilidade.

É verdade, e ontem os Deputados da Oposição disseram aqui com muita veemência, que nos últimos vinte anos não se pagou taxas de intermediação. Tem razão Senhores Deputados, mas também é verdade que nos últimos vinte anos o Brasil não houvera quebrado. Em setembro de 1982 o País quebrou. O Brasil quebrou em setembro de 1982, porque não teve condições de honrar seus compromissos na bolsa de Nova Iorque. Esta é uma verdade, muito mais grave para o Brasil, e por consequência para o Paraná, é a situação financeira nacional em que se encontra o País. Não havendo casamento do orçamento fiscal com o orçamento monetário. Com as empresas estatais com "déficit" igual ao orçamento fiscal da União, com uma dívida externa de mais de cem bilhões de dólares, que representa seis, sete, oito ou 10, não se sabe quantos orçamentos fiscais da União, e com uma dívida interna da ordem de 35 trilhões de cruzeiros, que representa mais de 2 orçamentos fiscais da União. Emitiu-se moeda à vontade nesses anos, como se a moeda não causasse inflação e levou-se o empresário brasileiro a buscar empréstimos através da Instrução 163 da Revolução 163. Elevaram-se os juros internos para os empréstimos internos no Brasil, de propósito para induzir os empresários a buscar dinheiro no exterior. Quando é que viu isto antes na história do Brasil? Quando é que se viu isto nos últimos 20 anos no Brasil? Agravado o problema brasileiro, pela situação também difícil, difficilima do México e da Argentina, o Brasil entrou nas contratações dos famosos jumbos: Jumbo I

e Jumbo II. Nós temos que compreender que o dinheiro, que os empréstimos, que os negócios obedecem, e esta é uma análise adulta, a lei da oferta e da procura. Ninguém escapa, numa economia de livre mercado, à lei da oferta e da procura. Isso poderia, quem sabe, acontecer nas economias planificadas, centralizadas, dos países socialistas. O surgimento de intermediários aí, foi algo que aconteceu independente e contra a nossa vontade. As dificuldades orçamentárias do Estado do Paraná agravaram esta situação. Todos os Senhores sabem que assumimos um Governo com um orçamento que previa gastar com pessoal em 1983, 158 bilhões de cruzeiros, e o Governo do Senhor José Richa acabou gastando 228 bilhões de cruzeiros, com uma diferença entre o orçado e o real, de 70 bilhões de cruzeiros, para um orçamento que fechou por volta de 400 bilhões de cruzeiros. A Secretaria de Finanças, como haveria de encarar este problema? Como haveria de resolver este problema? Ela teve que racionalizar a sua fiscalização e a sua arrecadação. Teve que moralizar sobretudo, a sua fiscalização. Se outrora era fácil paralisar, uma fiscalização, tenho dito em todos os lugares que tenho pronunciado, que neste Estado, hoje, ninguém paralisa uma fiscalização, nem mesmo Sua Excelência o Governador do Estado, porque sabendo que acima do Governador, acima do Secretário, acima de nós, existem as leis e os regulamentos e eles têm que ser obedecidos. Estou convicto de que a abertura de exceção neste campo, degrading o sistema, ninguém mais recupera. E esta postura tem sido que representa o governo do Partido Democrático Brasileiro. Se no passado, alguém tentava e conseguia isso, hoje, pelo contrário, além de não tentarem, participam desta política, apoiam esta política, todos os companheiros que fazem parte, de uma forma ou de outra, do Governo do Estado do Paraná. E os resultados que conseguimos com isso estão estampados nos jornais, não só do Paraná, mas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília, de Porto Alegre. Conseguimos numa situação desta de recessão terrível porque passa a economia brasileira, nos últimos 6 meses, apresentar uma arrecadação que supera a inflação brasileira. Poder-se-ia dizer que é um fato normal, por ser um Estado rico, de terra generosa e que responde às induções feitas pelo Governo na economia, mas eu poderia responder se isso fosse perguntado, que estados idênticos ao Paraná, vários deles não conseguiram isso.

O Paraná consagra-se com uma melhor arrecadação no Brasil, entre os Estados significativamente econômicos deste País.

Portanto, meus Senhores, posso ser chamado do que quiserem. Cada um tem o direito livre à crítica, mas eu não posso, eu não devo ser chamado de incompetente. Não aceito, portanto, a pecha de "incompetência", assim como também não aceito nenhuma das pechas que me foram dirigidas ontem.

O Brasil encontrou no ano passado, uma dificuldade muito grande para rolagem de sua dívida. Fizemos o possível e o impossível para contratar essas dívidas com os órgãos oficiais, seja Banco Central, seja Banco do Brasil, seja Banco do Estado do Paraná, seja o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Adiante eu passarei uma pasta aos Senhores Deputados e isso que eu estou dizendo, vou dizer a página em que está documentado. Eu não vou dizer nada aqui, não vou fazer nenhuma afirmação que não esteja documentada. Vou dizer já onde está, no trabalho que os Senhores Deputados vão receber. Documentos n.ºs 15, 16, 17.

Documento n.º 15 - Correspondência da Secretaria das Finanças ao Banco do Brasil, pedindo contratação de seis bilhões de

cruzeiros por conta de antecipação de receita, no dia 11 de junho de 1983.

Telex meu, DOCUMENTO N.º 16, ao Banco do Brasil, pedindo contratação de 15 milhões de cruzeiros.

DOCUMENTO N.º 17, assinado pelo Senhor Governador do Estado, ao Banco Central do Brasil, pedindo uma contratação de 12 milhões de cruzeiros.

Como se isso não bastasse, o Governador do Estado no seu esforço reuniu-se com os Governadores no CODESUL de Santa Catarina, de Rio Grande do Sul, e foram, numa via sacra a Brasília e falaram com o Presidente do Banco do Brasil, com o Presidente do Banco Central e com os Ministros da Fazenda e do Planejamento juntos, pedindo que intercedesse para tirar o Paraná das dificuldades das suas dívidas.

O "Jornal do Brasil" de 01/03/84 - DOCUMENTO 19 - faz uma análise desta visita, mostra as fotografias dos Governadores do CODESUL, com a presença concomitante do Ministro da Fazenda e do Ministro do Planejamento, e diz: "Em vão".

Intrigaram-me, tentaram intrigar-me com a minha assessoria, dizendo que nestas conversas com o Governador, nestas reuniões, teria havido um atrito entre mim e minha assessoria.

Quero dizer aos Senhores Deputados, que os contratos de dívida externa foram contratados por três funcionários. Quero dizer aos Senhores Deputados, que no dia em que eu fui denunciado no Palácio, eu não conhecia nenhuma das pessoas que contrataram a dívida externa com a nossa assessoria, porém, assumo total irrestrita responsabilidade pelas contratações nos negócios, digo, nos empréstimos externos de 1983.

A responsabilidade é absolutamente e totalmente minha, mas para que não paire a dúvida, passarei a ler, peço vênica aos Senhores Deputados, o relatório da minha assessoria, feito livremente por ela.

Chamado no Palácio no dia 11, para conversar sobre esse assunto, com o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, e com o Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, eu disse: "apresentarei um relatório, Governador. Vou pedir um relatório à minha assessoria, porque não sei de todos os detalhes.

Voltei, encomendei o relatório à minha assessoria e viajei dois dias depois com a maior liberdade, a assessoria elaborou o seu relatório, documento número 13, assinatura das pessoas que fizeram o relatório. Passo a ler o relatório da assessoria feito com maior liberdade, não tem uma vírgula minha.

"O Estado do Paraná foi autorizado através do aviso 409/83 de 24 de 4 de 83 da Secretaria de Planejamento da Presidência da República do Banco Central do Brasil, a contratar empréstimos em moeda estrangeira até o limite de 44,8 milhões de dólares ao amparo da Lei ou da Resolução 63 do Banco Central. Para tanto estava devidamente autorizado pela Lei Estadual 7534 de 79 e aviso de prioridade 1007 de 81 da SEPLAN e Resolução 61/83 do Senado Federal.

No exercício financeiro de 83 a situação cambial do País passou pelo estado crítico de falta de divisas, ocasionando o alto grau de dificuldade para obtenção de empréstimos novos e de longo prazo. Lei 4131, e Resolução 63, isto é, 8 anos total com 30 meses de carência, necessários à manutenção de um perfil compatível e favorável por capacidade de pagamento dos compromissos assumidos."

Consultados os principais credores do Estado: Banco do Brasil, City Bank, Manufacture's Hannover Trust, Morgan Guarantee Trust e Mitsubishi, os quais manifestaram interesses, porém, dada a escassez de recursos, afirmaram a impossibili-

dade do atendimento. Neste momento gestionamos junto ao Banco Central que autorizasse ao Estado do Paraná, a tomar empréstimos por antecipação de receita no valor de 12 bilhões de cruzeiros com recursos provenientes da emissão de CDBs, sob depósitos compulsórios dos bancos comerciais, Resolução 797 a custo de 60% da correção monetária e juros de 10% ao ano, sendo este pleito indeferido.

Senhores Deputados, vou citar de algumas pessoas que os Senhores podem procurar para confirmar. Autorizou-me há pouco o Senhor Gerente Geral do Banco do Brasil de Curitiba Senhor Neig Dotti, podem confirmar junto ao Senhor Rató, Superintendente do Banco do Brasil do Paraná, o substituto Senhor Alceu Polis, podem confirmar com o Vice-Presidente do Banco Brasil Senhor Jean Pall de Falco, que me recebeu em audiência e com o Senhor Governador do Estado junto ao Presidente do Banco do Brasil. Quantas vezes falamos com essas pessoas, quantas vezes insistimos para que os empréstimos fossem feitos através do Banco do Brasil e do Banco Central.

"Dada a necessidade de captação de recursos financeiros para execução do orçamento do exercício, propusemos ao Banco do Brasil a contratação de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no valor de 12 bilhões de cruzeiros." Em prosseguimento o contato com entidades financeiras oficiais.

"Procedimento igual foi levado a efeito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Diante das negativas, as proposições feitas aos Bancos oficiais, demos início a negociação para contratações ao amparo da Resolução 63 do Banco Central, com bancos privados e o Banco do Estado do Paraná. Sendo que o Banco do Estado conseguiu viabilizar apenas 11 milhões de cruzeiros.

Portanto, eu voltarei a este assunto com mais detalhes, vou citar documentos aos Senhores, mas nós fizemos o possível e o impossível para contratar esses empréstimos também através do Banco do Estado do Paraná. E o que o Banco conseguiu no mercado foi apenas 11 milhões de dólares.

Por necessário esclarecemos que o Banco Bamerindus e o Banco Crefisul, propuseram em 3 de 06 de 83 e 22 de 06 de 83, respectivamente, operações 63 no montante de 15 milhões de dólares aceitos pelo Estado cuja contratação não foi efetivada, pelas restrições impostas ao crédito ao setor público pelo Banco Central, através da Resolução 831, de 10 de junho de 83, cujos efeitos são até hoje sentidos pelos Estados brasileiros.

Sugerimos que através de gestões do Senhor Governador e Senhor Secretário das Finanças, fosse solicitado ao Banco Central do Brasil que as operações em andamento fossem consideradas extra-limite na Resolução 831, do Banco Central, o que foi indeferido pela Diretoria Bancária do Banco Central.

Nesta época, como praticamente inexistia limite para operações com o setor público, em decorrência da Resolução 831, ocorreu uma súbita elevação das comissões de agenciamento praticada pelos agentes corretores de empréstimos externos ao amparo da Lei 4131, por serem os únicos recursos disponíveis para a contratação pelos Estados, visando a rolagem da dívida, custos estes agravados posteriormente com edição da Resolução 851, do Banco Central de 29/07/83, que instituiu a centralização cambial no País, resolução esta revogada apenas em 29/03/84.

Diante da determinação para que se efetivasse a rolagem da dívida no montante autorizado, cujo saldo em 31/07/83 era de 33.8 milhões de dólares, iniciamos gestões junto aos representantes dos banqueiros participantes do projeto 1 e 2, da

fase I da renegociação da dívida brasileira; além dos contratos efetivados contratamos os bancos a seguir, entre outros.

Vejam bem Senhores Deputados, foram consultados todos os bancos credores do Brasil; foram consultados os bancos oficiais.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa interrompe o Senhor Secretário para a ordem se restabeleça no plenário. As dependências que se situam ao fundo deste plenário é destinada à imprensa, e solicito aos senhores representantes da imprensa que mantenham a ordem, em silêncio.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu requeiro de Vossa Excelência que suspenda a sessão pelo tempo de, pelo menos 10 minutos, para que se restabeleça a ordem neste plenário.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência providências no sentido de esclarecer qual é o impedimento para a presença, neste plenário, do Senhor Assessor do Secretário de Estado do Planejamento, Celso Ferreira do Nascimento. Solicito de Vossa Excelência a fim de que nesta Casa, democrática pela vontade de todos, não tenhamos qualquer tipo de impecilho a um indivíduo, a um cidadão deste Estado que visita o plenário, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa vai responder a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Ailton Cordeiro. Na sessão de ontem, ficou determinado que as galerias laterais estavam reservadas às autoridades e estas compreendem-se: Deputados, Senadores, Deputados Federais, ex-Parlamentares, Secretário de Estado e pessoas especialmente convidadas. As demais pessoas deverão assistir livremente esta sessão, das galerias.

Não há impedimento do comparecimento de qualquer que seja, mas deve haver disciplina em plenário e esta foi uma determinação da Mesa. Solicito que no plenário permaneçam os Senhores Deputados; nas galerias laterais as autoridades mencionadas, e as demais pessoas que assistam a sessão das galerias. Determino ao serviço de segurança que proceda e cumpra a determinação da Mesa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Desejo, em nome da Bancada do PDS, protestar contra as atitudes que estão ocorrendo neste plenário, de vez que o jornalista Celso Ferreira Nascimento, assessor de imprensa da Secretaria do Planejamento

deseja dar conhecimento ao Paraná de "dossiê" entregue pela Secretaria do Planejamento e está sendo impedido por assessores do Secretário das Finanças.

TUMULTO NO PLENÁRIO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está suspensa a sessão para que se restabeleça a ordem no plenário.

SOA A CAMPANHIA

É SUSPENSÃO A SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está reaberta a sessão.

Solicito aos senhores jornalistas e repórteres que deixem o plenário para que possamos retornar normalmente os nossos trabalhos. Solicito aos Senhores Parlamentares que retomem os seus assentos. Comunico à Casa que os jornalistas têm o seu espaço reservado ao fundo, à minha direita deste plenário, e aí deverão permanecer, à exceção do pessoal dos jornalistas de televisão que estão filmando a sessão com autorização prévia da Mesa. Os outros senhores jornalistas deverão permanecer no espaço que lhes é reservado, e a Mesa proíbe por parte de qualquer senhor jornalista, assessor ou não de qualquer Secretaria, a distribuição de qualquer documento em plenário. E mais uma vez dirige um apelo e uma advertência às galerias para que assistam à sessão em silêncio.

Está com a palavra o Senhor Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão. (Comunico a Sua Excelência que o tempo gasto por Sua Excelência na primeira parte de sua explanação decorreu vinte minutos). Está com a palavra o Senhor Secretário.

O SR. ERASMO GARAÑHÃO (Secretário das Finanças) - Lamento o ocorrido. Só posso afirmar que, ontem, quando Sua Excelência, o Secretário do Planejamento do Paraná fez a sua exposição nesta Casa, a minha assessoria ficou no seu devido lugar.

APLAUSOS DO PLENÁRIO E DAS GALERIAS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - As galerias não vão se manifestar.

O SR. ERASMO GARAÑHÃO (Secretário das Finanças) - Continuo lendo...

O SR. AIRTON CORDEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Senhor Presidente, para preservar a seriedade dos trabalhos desta Casa para que possamos garantir a total isenção do comportamento dos Senhores Deputados, quero lembrar a Vossa Excelência e aos paranaenses que o Diretório Regional do PDS denunciou anteontem as claqueas preparadas aprioristicamente para tomarem conta dos espaços desta Casa, e é o que acontece hoje, e nós não podemos admitir, Senhor Presidente, sob pena de nós sentirmos violentados no nosso direito de livre participação, no debate nesta Casa, contra o cinismo, contra os que mentem, contra os que lesaram o Paraná...

TUMULTO NO PLENÁRIO

O SR. CAÍTO QUINTANA - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa está com a palavra.

A Mesa não tem tido outro comportamento, senão

o de preservar e garantir a ordem em plenário, mas para tanto a Mesa necessita da colaboração indispensável dos Senhores Parlamentares e fará cumprir a qualquer custo o Regimento Interno da Casa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado, Senhor Presidente, apenas nós solicitamos a palavra, pela ordem, quando falava o nobre Deputado Airton Cordeiro, porquanto Vossa Excelência advertia as pessoas que assistem esta sessão e Vossa Excelência conduz com muita dignidade e com muito acerto esta sessão e eu queria dizer a Vossa Excelência que nada, absolutamente nada, ocorreu até o presente instante e que houvesse a necessidade de se tomar uma atitude mais séria contra as galerias.

O pessoal que se encontra na galeria porta-se de maneira correta e não podemos admitir a ditadura tradicional do PDS contra quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Respondendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, reafirmo a disposição da Mesa em manter a ordem em plenário. A Mesa está com a palavra. E não irá permitir que comportamentos menos corteses e anti-regimentais possam comprometer a dignidade deste Poder.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Paraná inteiro espera uma resposta destas duas audiências, dos dois Secretários, um compareceu ontem, o outro comparece hoje. Então a minha questão de ordem, Senhor Presidente é para solicitar os meus nobres Pares, que nos tranquilizemos, porque o Secretário Erasmo Garanhão, das Finanças, como ontem esteve o Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Castor, a inteira disposição das nossas indagações, por conseguinte para respeitarmos e prestigiarmos os votos que recebemos, vamos nos tranquilizar e na hora oportuna fazermos as indagações que nós achamos pertinentes, para que possamos manter a dignidade deste Parlamento e o prestígio também da nossa representação popular.

Senhor Presidente, é um apelo de paz e de concórdia, não é por aí, não é nos agredindo ou levantando agressões verbais, uns contra os outros que nós vamos dar a satisfação que o povo do Paraná espera da nossa responsabilidade pública.

Senhor Presidente, agradeço e deixo o apelo feito, para que na hora oportuna, indaguemos ao Secretário das nossas dúvidas e dos interesses, que é muito maior do que as nossas paixões, é o interesse do Paraná que está em jogo e o povo precisa de uma resposta clara e objetiva e precisa, e somente com seriedade poderemos chegar a bom termo.

Muito obrigado, pela paciência de todos.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Eu queria que Vossa Excelência, apenas me esclarecesse, se o Diretor Geral desta Casa tem autorização de Vossa Excelência, para agredir os Deputados como fomos agredidos por ele, eu e o Deputado Quielese.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência, respondo o óbvio: ninguém está autorizado a agredir ninguém; e Vossa Excelência como Deputado não pode, muito especialmente por ser Deputado, não pode receber agressão por parte de ninguém.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Mas é que recebemos, Senhor Presidente, ao tentarmos deixar um

assessor da Secretaria do Planejamento, que não fosse retirado do recinto. Eu estranho a atitude do Senhor Diretor Geral, que neste momento me agrediu - e eu não sou mentiroso, e agrediu o Deputado Quielese.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa, para elucidar a Vossa Excelência reafirma o que já foi dito: no plenário, só poderão permanecer as pessoas determinadas.

Espero que Vossa Excelência esteja satisfeito com a resposta à questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL - Se Vossa Excelência permitir apenas agradecer a Vossa Excelência eu diria a Vossa Excelência o Senhor Diretor Geral está determinado para tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao ilustre Deputado e pede a sua colaboração, na observância do Regimento Interno que questão de ordem sobre o mesmo assunto, só poderei conceder uma única vez.

Continua com a palavra o Senhor Secretário Erasmo Garanhão.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu quero crer que hoje esta Assembléia, a par de seus representantes terem aqui a incumbência da elaboração das Leis do Estado, de Fiscalização do Poder Executivo, tem também a nobre missão de Juiz, para julgar a exposição de dois Secretários. Ontem, falou Sua Excelência o Secretário do Planejamento. Hoje, falo eu. Mal iniciei minha exposição, portanto, a dignidade e a cortesia indicam, que até por cortesia, o posicionamento dos Senhores Deputados há de vir, até por cortesia, depois de terminada a minha explanação.

Eu repilo, se é dirigida a mim, a expressão: - "Os que lesaram o Paraná".

Continuo, Senhores Deputados, lendo o relatório da minha assessoria. (Lê) "Diante da determinação, para que se efetivasse a rolagem da dívida no montante autorizado, cujo saldo em 31/07/83, era de 33,8 milhões, iniciamos gestões junto aos representantes dos banqueiros participantes do Projeto I e II, da Fase I da renegociação da dívida brasileira, além dos contratos efetivados contratamos os bancos a seguir, entre outros: (Quer dizer, consultamos o Banco Central, consultamos o Banco do Brasil, consultamos o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul, consultamos o Banco do Estado do Paraná, consultamos os bancos credores nossos tradicionais, com quem tínhamos negócios e além desses, consultamos os seguintes 21 bancos:

BANCO ITAÚ, agência de New York, LIBRA BANK, BUNDESVOLKS BANK, MITSUI BANKING, BANCO INTERNACIONAL, BANC OF AMÉRICA, EUROPEAU BANK, BANCO SUMITOMO, FIRST BANK OF DALLAS, BANK TORONTO OF CANADA, CANADIAN BANK, PITTSBURG BANK, UNIÃO DE BANCOS SUISSOS, BAYRESISCHE VENRESBANK, CREDIT IND ET COMERC, BANCO NACIONAL DE PARIS, LLOYD'S BANK, CHICAGOBANK, WELL'S BANK, IRVING TRUST BANK, isto faz parte do Documento 13, relatório da minha assessoria.

Dadas as dificuldades cambiais citadas, os Bancos internacionais adotaram a prática de cobrança de comissões locais, em cruzeiros, a título de agenciamento e assessoramento, para contratação de recursos, tanto nas operações sobre a Lei 4131 do Banco Central, através de empresas ligadas aos respectivos bancos e agentes corretores.

Questionada a inconveniência do pagamento de tais comissões, vimo-nos na situação de não consecução das metas determinadas."

Hoje é fácil bancar o profeta do passado. Queria que estivessem os Senhores na minha responsabilidade em outubro, para fechar o Orçamento, com a inflação de 230% e se na hora a decisão era tão fácil como agora.

Penso, que falar sobre o passado, é fácil e às vezes nessa facilidade, esbarra-se na irresponsabilidade.

(Lê): "Consultado o Senhor Contador Geral do Estado e o Senhor Auditor da SEFI, chegou-se ao consenso de que o Estado poderia pagar diretamente vez que eram condições da cotação inicial e de mercado.

Relatamos ainda que diversos estados pagaram as referidas comissões através de empreiteiros ou através de seus bancos estaduais, prática por nós considerada vulnerável sob o ponto de vista de despesa pública.

Tal situação motivou reunião dos Secretários de Fazenda do País, em Brasília, no dia 29/03/84, cujo item 5 da pauta tem o seguinte teor:

"Nós Secretários de Fazenda de outros estados, e nós das Finanças do Estado do Paraná nos reunimos em Brasília e, olha a pauta, definição urgente e um mecanismo permanente para a rolagem da Dívida Externa dos Estados através do Governo Federal, evitando os contatos diretos com os escritórios dos Bancos estrangeiros, o que tem determinado custos administrativos absurdos, inclusive Avisos GB 588 e 030".

Todos os estados foram obrigados a lançar mão desta prática.

Como se nota esta exigência de comissão local, continua a minha assessoria falando, esta que tentaram intrigar comigo. Como se nota essa exigência de comissão local em cruzeiros, não foi exclusiva para o Estado do Paraná, inclusive temos conhecimento de algumas operações levadas a termo, que relacionamos:

1983

MINAS GERAIS - US\$ 5 milhões - União de Bancos Suíços - Comissão - 7,5% via Empreiteira.

US\$ 5 milhões - Bank Of Boston - Comissão 8% Via Credireal.

US\$ 10 milhões - Loyd's Bank - Comissão 8,5% Via Empreiteira.

PERNAMBUCO - US\$ 10 milhões - Midland Bank PLC Comissão 10% Via BADEP.

METRÔ DE SÃO PAULO - US\$ 20 milhões - Sumitomo Bank Montreal - Comissão 9%.

BADEP - US\$ 3 milhões - Comind - Comissão 8% pagamento direto.

Disse-se aqui que o BADEP repassou esta comissão a uma empresa. Mas, repassou à CIC, que é uma empresa pública da mesma forma que pagou esta comissão.

E há outros negócios de 30 milhões a 7% e com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais com 3,5%.

São Paulo, uma operação de 20 milhões a 6%.

Como se vê a taxa variou de 6 a 10, 11%.

Quanto à contratação de uma linha de crédito externo, ao amparo da lei nº 4131, com o Midland Bank PLC, no valor de 9,8 milhões de dólares, em que ocorreu a elevação da comissão local em 1% na fase de negociação, esclarecemos que deu-se por uma exigência do Agente Corretor - LEMANN LTDA, Participações e submetida à consideração do Senhor Secretário de Finanças, este autorizou os níveis já praticados.

Não nego em nenhum instante a responsabilidade por todos os atos cometidos pela Secretaria de Finanças.

Com esta operação do Midland Bank PLC, no valor de 9,8 milhões de dólares atingiu-se o limite autorizado para rolagem da dívida do Exercício de 1983, fixado pelo aviso 409/83 da SEPLAN.

Posteriormente, no mês de dezembro, o Banco do Brasil manifestou a possibilidade de contratação de 8 milhões de dólares, sendo contratado apenas 2 milhões de dólares, o que só foi possível com o cancelamento de uma linha em fase final de negociação com o Banco da Califórnia, que ainda não havia contado com o necessário credenciamento do Banco Central do Brasil.

Desta forma, foram contratadas operações no montante do Aviso nº 409/83 - SEPLAN, referente a rolagem da dívida para o exercício de 1983, permanecendo em relação a Resolução nº 61/83, do Senado Federal, autorizativa para concessão de aval pela União, um saldo de US\$ 7,2 milhões, utilizável em 1984.

Em 1984, foi solicitado à SEPLAN o reconhecimento de prioridade, na ordem de US\$ 55 milhões. Por conta deste limite foi apreciada, em 24/01/84, proposta do Agente Corretor (LEMANN LTDA), do MIDLAND BANK PLC, no valor de US\$ 7,2 milhões, com uma comissão local de 6,85%, época em que o mercado estava ainda indefinido sobre a tendência dos níveis de Comissão local.

Em 9/4/84, em face do declínio percentual da Comissão de agenciamento e tendo em vista que a operação, apesar de estar em processo final de contratação, em informação interna 11/84, foi alertado o Senhor Secretário de tal situação, que recebeu um despacho em 10/4/84, a primeira reunião do Palácio foi em 11/4/84, portanto, infelizmente não corresponde com a verdade a informação do Senhor Secretário do Planejamento, que disse ontem nesta Casa que abortou, que paralisou a contratação, que recebeu o despacho em 10/4/84, no sentido de questionamento junto ao Midland Bank, quanto a taxa.

Em 21 de fevereiro de 84, através do Ofício 718/84, do Senhor Governador, foi consultado o Banco do Brasil sobre a possibilidade de contratação de 55 milhões de cruzeiros, correspondente ao total da rolagem da dívida externa do Estado do Paraná, no exercício corrente, e na inviabilidade de 28 milhões de dólares, correspondente ao serviço da dívida externa com aquele Banco, com o Banco do Brasil.

Nós já temos resposta do Banco do Brasil, documento número 21, Senhores Deputados, parece fácil dizer-se aqui que poder-se-ia ter contratado os empréstimos do Banco do Brasil, ou contratar em 84.

Vamos ver o que responde o Banco do Brasil a propósito, documento nº 21, carta do Senhor Osvaldo Roberto Colin, Presidente do Banco do Brasil, endereçada ao Senhor Governador do Estado, José Richa:

"A propósito do assunto, cabe-nos informar que diante da ainda remanescente estreiteza do mercado externo, para a captação de recursos tem sido praticamente impossível, (está falando o Presidente do Banco do Brasil), para o Banco do Brasil contratar operações novas de empréstimos em moeda estrangeira.

Não obstante, estamos presentemente nos dedicando a estudos que possam viabilizar eventual rolagem da dívida dos Governos Estaduais para com este Banco, no corrente ano".

Eventual rolagem da dívida dos Governos Estaduais, para com este Banco, vencíveis no corrente ano, quer dizer dívidas nossas, que já são do Banco do Brasil, ele vê a eventual possibilidade e as outras ele declara que é impossível.

Em 16/3/84, o Banco do Brasil manifestou a impossibilidade de captação de recursos novos, sendo que o montante correspondente ao serviço da dívida, para o próprio Banco será alvo de estudo, face à necessidade de se estabelecer uma estratégia de negociação para a contratação desse exercício, estamos promovendo entendimentos com o Banco do Paraná, no sentido de promover-se conjuntamente uma política de captação de recursos existentes no mercado.

É um relatório assinado por Romar Teixeira Nogueira, Emílio Portugal Pederneiras e outro funcionário que não estava presente e por isso não assinou o relatório no dia, e foi entregue em 48 horas ao Senhor Governador.

O tempo, o tempo, Senhores Deputados, o tempo corria como inimigo nesta época, nós vivíamos e vivemos uma inflação de 230% ao ano.

O Senhor Governador do Estado pressionava-me três vezes por semana, pressionado ele pelo Secretário do Planejamento, para que acelerássemos as contratações sob pena de não fecharmos o Orçamento de 83.

E eu, e eu procurava a assessoria e transmitia esta preocupação, a assessoria me pedia calma para encontrar os melhores negócios.

Senhores Deputados e o povo do Paraná precisa saber que os empréstimos em dólares têm o problema de internação, 20% ficam internados, ficam à disposição do Estado, só 150 dias depois de fechado o contrato, 40% só 180 dias depois de fechado o contrato e 40% 210 dias depois de fechado o contrato.

Disse ontem aqui, Sua Excelência o Senhor Secretário do Planejamento que nós poderíamos continuar no Aviso 30, acontece que o Aviso 9, que corresponde ao 30 deste ano de 84, entra em vigor e é editado só em fevereiro, nós tivemos um lapso de dois meses aí, e se nós não pagássemos as nossas dívidas até ainda, e ainda se aproveitando do Aviso 30, até junho deste ano, o Paraná poderia ter as consequências as mais imprevisíveis, como o vencimento de toda a sua dívida, com a intervenção federal, e como bloqueio nas verbas federais vindas para o Paraná, e, agora é fácil ser o profeta do passado, queria estar na minha posição naquela época, e ter a coragem de decidir, e por isto digo aos Senhores Deputados, e ao povo do Paraná, não houve erro. Foi uma decisão acertada, de pessoa que sabe o que está fazendo, com responsabilidade, e como adulto, e que tem formação de pós graduação nesta área.

O que é o Aviso 30? O povo precisa saber o que é o Aviso 30. Aviso 30 é o seguinte: a nossa dívida estava vencida, e nós não tínhamos condições de pagar, o País com os cofres furados, a quebra em Nova York, o "Spread" brasileiro sendo o maior do mundo, enquanto para a Alemanha Ocidental o "Spread" é zero, para nós é 2.125, e então o que fez o Banco do Brasil? Ele assumiu a dívida por nossa conta, quer dizer venceu a nossa dívida, e nós não tínhamos pago e o Banco do Brasil pagou no lugar.

Mas, se vencesse e nós não pagássemos, nós sofreríamos todas as consequências que eu acabo de descrever. Vamos agora, Senhores Deputados, ao documento n.º 14, aí os Senhores têm as contratações feitas pelo Estado, no valor de 44.8 milhões de dólares, quero dizer que o Governador José Richa, teria que pagar neste ano a importância de 52.4 milhões de dólares, e que a diferença de 54.2, para 44.8, de dívidas de governos anteriores, contratados por governos anteriores, esta importância foi paga, neste ano pelo Governo do PMDB.

Aqui os Senhores têm no documento n.º 14, os contratos todos, contratos que começaram no dia 5 de agosto, no dia 5 de agosto, um, no dia 6 de setembro, é o fatídico, de 9.8, em 29 de julho, em 23 de agosto e 30 de novembro.

Portanto, teve início nesta época, o início das negociações. O fechamento deste negócios, no dia 29 de dezembro, de 83, os quatro primeiros, com exceção do último que foi no

dia 24 de fevereiro de 84.

Por aqui os Senhores têm uma idéia que se demora por volta de três meses de média para se fechar um negócio deste, do 1.º contato até o fechamento, do negócio.

Que taxas o Paraná pagou nesses empréstimos? Que taxas pagou o Paraná nesses empréstimos contratados todos na mesma época, fechados todos no mesmo dia?

No 1.º, dez milhões de dólares, 9.5 de taxa.

No 2.º, de 9.8 milhões de dólares, pelo que estou sendo questionado, 8%. No 3.º 8 milhões de dólares, 8% e no no 4.º de 3 milhões de dólares, 9%.

Causou profunda estranheza, que tivesse vindo à baila a contestação de um negócio feito com 8%, no mesmo dia, e que outros negócios, começados na mesma época, fechados no mesmo dia, com 9% com 9.5%, não tivessem merecido a contestação de Sua Excelência, o Senhor Secretário do Planejamento. Apelo aos Senhores Deputados que reflitam sobre isso.

Por que, por que, este contestado? Porque avalizei um título num Banco em Curitiba, e o Secretário do Planejamento, numa inverdade, disse aqui, que isto teria ocorrido na mesma época. É um documento bancário, não pude distribuir aos Senhores Deputados, é de controle interno do Banco, e está aqui a data do empréstimo, 3 de maio de 83.

E qual foi o 1.º contacto para a contratação deste empréstimo? Seis de setembro. Não me parece que eu estivesse tirando proveito na taxa dessa contratação, e em troca disso numa mal-discência triangular, gongórica, combinada, preparada, como se eu não tivesse aqui calma, lucidez, tranquilidade para responder com a verdade inteira. Eu respondo hoje aqui, Senhores Deputados, com a verdade inteira. Eu apresento ao povo do Paraná hoje o filme da verdade. Eu não me interesso por meia verdade, por inverdades e por fotografias. Se me for dado tempo vou alinhar no fim, mais de dez vezes em que ontem aqui, neste meu lugar, a pessoa que aqui estava faltou com a verdade.

Fala-se que a Lemann teria feito, que eu teria recebido uma proposta no dia dez, documento n.º 04, que eu teria recebido uma proposta no dia dez de 7% e que no dia onze teria fechado por oito.

O diabo faz o caldeirão mas não faz a tampa, Senhores Deputados. O documento do dia 10 de outubro de 1983 é uma minuta, e é uma carta. Ela foi datilografada no dia 10. Suponhamos que ela tivesse, para favorecer os que me contestam que ela tivesse chegado no Paraná no dia 11. E eu aceito isso. Datilografada no dia 10 em São Paulo, chegando aqui no dia 11. No dia 11 um telex da Lemann dizendo que a taxa é de 8%. Mas veja, primeiro que essa carta do dia 10 não é uma carta, é uma minuta. Observem Senhores Deputados que ela não tem assinatura.

Documento 4A; e chega um telex de Lemann documento 5 no dia 11 dizendo, que em caráter definitivo a taxa era de 8%. Claro que com esses dois documentos na mão a assessoria me procura e eu peço que entre em contato com a Lemann, e a Lemann diz, em caráter definitivo, todos os Senhores sabem e há documentos nesta pasta que indicam que os negócios começam com taxas até valores diferentes que indicam que os negócios começam com taxas até valores diferentes, e há aí uma proposta de sete milhões e meio que no fim é fechado com sete milhões e duzentos, há contratos que começam com uma taxa e terminam com outra. Eu não posso, como Secretário das Finanças do Paraná, representando nesses negócios o Governo do Estado e o povo do Paraná, eu não posso ser ingênuo, não posso ser infantil, sob pena de envergonhar esse mesmo Governo e esse mesmo povo. Isto eu não faria nunca, jamais.

Vamos ver o que diz o Banco no documento 7B. diz que a taxa dele é de cinco por cento e que o resto deve ser entendido com a Lemann. E diz o seguinte o Banco, "e as demais

despesas de agenciamento deverão ser pagas exclusivamente a Lemann Ltda., participações e empreendimento, na qualidade de agentes desta operação. A taxa de mercado, Senhores Deputados, era esta.

Vejam os documentos n.º 22. Nós temos aí uma série de telex, os documentos 22A, 22B, 22C e 22E. Esses documentos são telex encaminhados para o Governo de Santa Catarina pelo Banco D'Affair e com uma taxa de 8.5% no dia 21 de novembro de 1983. Documento 22 B eu estou aqui, me desculpe se sou entadonho com os Senhores Deputados, mas estou aqui para matar a cobra e mostrar o pau; numa expressão do povo que os Senhores representam aqui. Documento do dia 14 de outubro, três dias antes de ser fechado o negócio, um telex ao Estado da Bahia do Bank D'Affair propondo negócio, a taxa de 9.5%. Documento 22C ao Estado de Alagoas, do Bank D'Affair, 8% mais 2%, dez por cento, no dia 19 de outubro de 1983, oito dias depois de fechado negócio com o Paraná. E no dia 21 de dezembro, documento 22D, aceitação do negócio pelo Estado de Alagoas, taxa de 10%. No dia 17 de outubro, uma outra proposta ao Estado de Pernambuco, a taxa de 9% e no dia 17 de outubro, 6 dias depois, um telex do Secretário da Fazenda de Pernambuco, aceitando o negócio. Portanto, os Senhores vêem que a taxa de mercado, na época, era exatamente esta. Vamos supor que não aceitasse...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa interrompe Vossa Excelência para comunicar que a primeira fase do seu tempo está esgotada. Poderá prorrogá-lo por mais 15 minutos, se assim o desejar Vossa Excelência.

O SR. ERASMO GARRANHÃO - Desejo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Por mais 15 minutos, com a palavra o Senhor Secretário.

O SR. ERASMO GARRANHÃO - Quero dizer aos Senhores Deputados, o que teria acontecido se eu não tivesse fechado este negócio. Se tivesse teimado infantilmente, fora do mercado, não tivesse fechado esse negócio. Dentro de meia hora a Lemann teria fechado este empréstimo com qualquer outro Estado, acima de 8,5, acima de 9% que era a taxa de mercado. E o Paraná? O Paraná ia começar uma nova negociação que ia demorar 90 dias, e como nós íamos fechar o nosso Orçamento, como nós íamos pagar o 13.º, como íamos resolver nossos problemas de um modo geral?

Nós iríamos procurar um outro empréstimo e igualmente iríamos pagar, acima de 9%. Isto é preciso que se diga. Hoje, me responsabilizam por decisão. Quero dizer que sou um homem de decisão, assumo e agi corretamente. Não tivesse assinado este contrato e nós, numa inflação de 230%, quanto iria representar para nós em termos de dívida, 9 milhões e 800 mil dólares, 5 meses depois?

Fôssemos nós nos valer do Aviso 30 como recomendou depois do acontecido, aqui, ontem, Sua Excelência o Secretário do Planejamento, e nós iríamos pagar pela nossa dívida de 44.8 que foi contratada, 67 bilhões de cruzeiros ao invés de 44.8. Esta é a indicação de administração. Esta é a indicação encaminhada, indicada e definida ontem aqui. Teorizar é fácil, resolver é mais difícil. Na prática a teoria é diferente. Quanto a contratação deste ano de 7.2 milhões de dólares, esta contratação, não vou me delongar muito porque está em negociação. Só quero dizer que faltou a verdade, ontem, aqui, o Secretário do Planejamento quando disse que eles abortaram a operação, que foi naquela reunião com o Governador que eles tomaram a atitude de paralisar a operação.

Quero lhes dizer, Senhores Deputados, que esta reunião foi no dia 11 e no dia 10 tem um despacho meu no documento n.º 8. A Assessoria me fez uma informação interna 11.84, dizendo que

as taxas tinham caído e que agora passava a ser 3.%, e eu despachei: "Questione-se o Midland quanto à taxa".

Bem, Senhores, se eu não tivesse aceitado a negociação com a Lemann a 8% e tivesse, suponhamos, cometendo um erro contratado por 7%, o que teria acontecido? Critério é um critério.

Não posso ter um critério eu, o Governo do Paraná com uma mesma empresa e negócio, digo, e critérios diferentes nos mesmos negócios. Tivéssemos nós sustentado e pago no ano passado 7% e hoje teríamos que pagar 6.85 nesta operação de 7 e 200 milhões de dólares, e o Paraná teria tido uma vantagem de 98 mil dólares em 11.10.83, se eu tivesse fechado o negócio de acordo com determinação no passado do Secretário do Planejamento e nesta operação eu seria obrigado pelo mesmo critério a fechar a 185 porque a contratação começou com 185.

O Paraná perderia 277 dólares e ganharia 98 lá atrás e o prejuízo líquido seria de 179 milhões de dólares.

Esta é a indicação da teoria, esta é a indicação de quem não assume a responsabilidade na hora pelos atos, de acordo com a realidade

Senhores Deputados, por favor me acompanhem no Documento 4A.

Eu sei, Senhores Deputados, que não sou das pessoas mais inteligentes que aqui estão. Sei também que da população brasileira não sou dos piores. Devo estar pela média da inteligência brasileira.

O Documento 4A, Senhores Deputados, para quem quiser analisar com isenção, com imparcialidade, é a prova da minha lisura, da minha conduta ilibada, tivesse eu um acordo triangular, que a maledicência viu, e eu não teria deixado este documento chegar à Secretaria das Finanças, só se fosse muito burro, e burro eu não sou.

Tivesse eu algum acordo para tirar proveito, eu teria tido o mínimo de inteligência para não deixar esse documento chegar na Secretaria de Finanças. Tivesse eu interesse em me valer de vantagens e eu não teria feito um "papagaio" neste Banco. Qual o Banco de Curitiba que não tem desejo, vontade de fazer empréstimo para o Secretário de Finanças ou com o aval do Secretário de Finanças?

Acoimaram-me de ter protegido depósito no Banco em que foi feito esse título. Mas veja o documento 24, a todos os Senhores Secretários de Estado, pedindo encarecidamente que concentre os depósitos públicos no Banco do Estado do Paraná e por nossa iniciativa, vejamos documento 25, esse Decreto foi aprimorado, o 112 e o 5.242, pelo Governo do PMDB e editado outro.

Invoco aqui o testemunho de José Carlos Campos Hidalgo, que conversa comigo mês a mês, com a listagem dos órgãos públicos que estão depositando fora do Banestado e que recebe reiteradamente a minha determinação para que vá a estes órgãos e para que tragam todos esses depósitos para o Banco do Estado do Paraná.

Gostaria agora, Senhores Deputados, eu já aponte algumas inverdades ditas aqui. Agora eu vou enumerá-las.

Disseram aqui ontem que eu sou o responsável, que eu induzo depósitos no Banco Mercantil. Inverdade n.º 1 - documento 24 e 25.

Que a operação teria sido estancada na reunião com o Secretário do Planejamento e com o Secretário Chefe da Casa Civil no dia 11 de outubro e o meu despacho, no documento n.º 8, está aí no dia 10.

Diz a contratação de 9.8 milhões de dólares foi mais ou menos na mesma data em que fora assinado como eminente Homma José Batagli e esse documento no Banco Mercantil. O título é do dia 3 de maio e os primeiros contatos para esse negócio foi no dia 6 de setembro e há documentos na Secretaria de Finanças que dizem que houve um outro primeiro contato para outro negócio, mas isso, no fim de junho.

Inverdade n.º 4: que a Procuradoria Geral do Estado não teria dado parecer para essa contratação. É condição "sine qua"

non", para que o contrato seja assinado pelo Governador do Estado, e existe esse parecer.

Que o BANESTADO poderia ter feito contratação total, no relatório - documento 13 - os meus assessores provam que o Banco do Estado só conseguiu 11 milhões de dólares.

Em verdade número 6, que a corretora poderia ter feito esses negócios. Chamo a atenção para o documento n.º 23, Senhores Deputados. Uma carta do Presidente da Corretora dizendo o seguinte, respondendo ao Pedido de Informação do ilustre Parlamentar Airtton Cordeiro, a respeito da não participação da Corretora BANESTADO na operação financeira realizada pela Secretaria das Finanças, venho a informar que: "A Corretora por não estar habilitada a intermediar esse tipo de operação, não participa nem nunca participou de negociações nesta área."

Inverdade número 7, que o Banco do Estado do Paraná não contaria comissões. Vejam os documentos número 26 A, 26 B, os recibos do Banco do Estado do Paraná pagando comissão e podem, quem quiser, detalhes, junto ao Banco do Paraná.

Inverdade número 8, que a intermediação seria certamente dispensável. Está a farta aí, documentação número 18, 15, 16, 17 e no relatório ainda sobre a reunião dos Secretários de Finanças em Brasília, todos os esforços meus e do Governador, portanto, do Governador do Estado, para conseguir esses empréstimos no CODESUL, no Banco do Brasil e no Banco Central.

Inverdade número 9, que o BADEP teria passado a taxa mas para uma empresa e com isso salvava-se a posição do BADEP. Já disse que essa foi repassada à CIC, que é uma empresa pública. E que não tinha tomado conhecimento desta operação. Senhores Deputados, como é que Sua Excelência, o Secretário do Planejamento, que incluiu esse empréstimo no Orçamento do Estado, que pressionava o Governador do Estado - com razão - para que fechasse logo as negociações e que comigo às vezes, junto ao Governador, pressionava para que eu fechasse as negociações. E acompanhava isso pari-passu e colocou isso no Orçamento, que é o homem que faz as suplementações de verbas. Tem a força para vir dizer a 58 Deputados e ao povo do Paraná que não tinha conhecimento desta operação.

E por último, inverdade número 11, que nós podíamos ter continuado com o Aviso 30 do Banco do Brasil ou o Aviso 9 deste ano. Sobre o Aviso 30 eu me permitirei, quem sabe depois alguns dos Senhores Deputados tenham interesse em ler detalhes e explicar mais para que o povo e os Senhores Deputados possam ouvir.

Senhores Deputados, por gentileza, vejam recortes de jornais no Documento n.º 27. Houve uma orquestração deste fato para atingir a mim e ao Governador do Estado do Paraná. Alguém foi atingido na sua rotunda e gongólica vaidade. A Secretaria das Finanças vinha provendo o Governador do Estado com os recursos necessários para que o Governador José Richa fizesse a maravilhosa administração que está fazendo neste Estado. A Secretaria das Finanças foi atingida com o propósito de se atingir o Governo do Estado do Paraná.

Sou apenas um eficiente administrador, um fiel cumpridor da lei. Senhores Deputados, hoje, estou aqui, para prestar esclarecimentos ao povo do Paraná e aos Senhores Deputados. Faço com a maior satisfação, faço com a maior humildade, faço no cumprimento do meu dever, faço com alegria. Peço a Deus que inspire os meus filhos e os meus netos para toda vez que tomar atitude idêntica, para toda vez que tiver administran-

do a coisa pública, tenha este posicionamento de dizer ao povo, de prestar contas ao povo, de prestar contas aos Senhores Deputados. Mas peço também, Senhores Deputados, peço também ao povo do Paraná que me vê nesse momento, que Deus ilumine os meus filhos e os meus netos.

Para encerrar, que ilumine os meus filhos e os meus netos para que não tenham que tomar atitude que tomou ontem no meu lugar, Sua Excelência o Senhor Secretário do Planejamento.

Muito obrigado.

PALMAS

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está com a palavra o primeiro orador inscrito para formular suas perguntas pelo prazo de três minutos, Sua Excelência o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Secretário, ouvindo a sua exposição constato que o Governador José Richa foi em cadeia estadual no final do ano passado, e quando se colocou como o operador do milagre neste Paraná, mentiu, porque mostrou aos paranaenses uma situação...

O SR. NILSO SGUAREZI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, a autoridade máxima, legítima, e constituída do Governador não vem ao caso, e não pode ser agredida da maneira sórdida como se está operando neste plenário. Não é o objeto de indagação e eu reitero a Vossa Excelência que o nobre Deputado, que tem recursos de sobra, não use expedientes reprováveis como esse, para atacar e denegrir, por tabela, o eminente Governador do Estado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Não é por tabela, é objetivamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Igualmente a Bancada do PMDB tem se referido nos mesmos termos contra o Governo Federal. Não é possível que se tenha, dois pesos e duas medidas com relação às autoridades constituídas nestes Estados. E o Deputado Airtton Cordeiro declarou que o Governador José Richa faltou com a verdade para com o povo do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI - Declarou que mentiu, como Vossa Excelência está faltando com a verdade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Como Vossa Excelência é costumeiro neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Presidência solicita ao nobre Deputado Airtton Cordeiro que se atenha a perguntas ao Senhor Secretário. E a Presidência não admitirá pronunciamento por parte do nobre Deputado, como de nenhum outro Senhor Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Indago de Vossa Excelência, qual é o tempo que foi gasto por este Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Vossa Excelência terá três minutos para indagar, para perquerir o Senhor Secretário.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Muito obrigado.

Sobre a operação denunciada ontem aqui como abortada, pergunto a Vossa Excelência, como explicar tanta pressa para concluí-la. Foram consultados outros Bancos? Quando? Antes de Vossa Excelência formalizá-lo de acordo? Esse é o procedimento normal, o de receber uma única proposta via um simples intermediário, nas operações de empréstimos? Por que só depois do alerta do Secretário do Planejamento e do Chefe da Casa Civil, é que a negociação foi suspensa? Em que data se deu esse alerta e em que data foi providenciado o cancelamento?

Mais: Por que utilizar os serviços da Lemann? Por que não o BANESTADO pela sua Carteira de Câmbio? Foram cumpridas as formalidades licitatórias prévias para a escolha dessa empresa? Por que pagar 1% a mais sobre a taxa anteriormente ajustada com a Lemann? Por que pagar 8% o que tinha sido em caráter definitivo oferecido a 7%? Que condições legais ou mercadológicas foram apresentadas pela Lemann para exigir da Secretaria das Finanças o pagamento de taxa superior a combinada? Vossa Excelência determinou ou tinha conhecimento de que empresas vinculadas à sua Pasta como o BRDE e a Loteria do Estado, fizessem depósitos no Banco Mercantil de Descontos? Por que não no Banco do Estado do Paraná?

Para o Senhor, o fato do Senhor Gastão Fraguas, da Lemann que recebeu um adicional de 98 mil dólares por seus "serviços" entre aspas, ser irmão do Senhor João Fraguas, Diretor do Banco Mercantil de Descontos, não influiu na obtenção de favores pessoais de que o senhor se beneficiou? Não lhe parece que o mesmo esforço que Vossa Excelência realizou para encontrar um banco que lhe cobrasse a taxa de 2% para um empréstimo, deveria ser empregado também para fazer os negócios em nome do Paraná. Como Vossa Excelência explica a "fantasiosa" campanha publicitária da BANESTADO Corretora de Valores e o prejuízo líquido de mais de um bilhão de cruzeiros levantado em trinta de dezembro de 83, dado do Relatório, encaminhado ao Banco Central do Brasil? Por que a Secretaria das Finanças mandou fazer, através de assessores contratos a outros Estados, esses levantamentos desprezando a mão-de-obra dos paranaenses que, por todo esse tempo, em vinte anos, com lisura, honraram os seus compromissos com o Paraná e não necessitaram dessa inescrupulosa intermediação? Muito obrigado

O SR. ERASMO GARANHÃO (Secretário das Finanças) - Quanto aos outros bancos consultados, o Relatório está, que foram exaustivamente consultados Banco do Brasil, Banco Central, BRDE, Banco do Estado do Paraná. As documentações estão aqui, os documentos estão aqui, citei nomes de pessoas que podem ser testemunhas (citei nomes de pessoas, os documentos estão aqui, citei na minha exposição).

Consultamos os bancos credores com quem tínhamos negócios e consultamos vinte e um bancos outros, para procurar os melhores negócios para o Paraná (está no relatório da assessoria que ousaram dizer que estavam em atrito comigo, que teria havido um desentendimento na reunião entre a assessoria e o Secretário de Finanças na presença do Governador).

Quanto ao estancamento da operação, lamento que o ilustre e combatido Deputado Ailton Cordeiro, que honra esta Casa com a sua presença, com o seu talento, com a sua inteligência. (Isto não o faço porque, aqui, hoje, estou pres-

tando contas), mas é reconhecido isso pela população de Curitiba, pelo que eu escuto nas ruas, não me fez a cortezia de acompanhar no debate porque eu disse que o meu despacho é do dia dez - meu despacho é do dia dez - e a reunião no Palácio foi no dia onze. Quanto . . .

O SR. AIRTON CORDEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu quero esclarecer ao Senhor Secretário que não só fiz a cortezia de acompanhar a sua exposição, como é do meu dever acompanhar a exposição de Vossa Excelência, dever do qual não abro mão.

O SR. ERASMO GARANHÃO (Secretário das Finanças) - Mas lá na minha exposição eu fui enfático dizendo que não era verdade o Secretário do Planejamento . . .

O SR. AIRTON CORDEIRO - Porque Vossa Excelência não me esclareceu suficientemente. (Soa a campanha)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não é permitido o aparte nesta hora.

O SR. ERASMO GARANHÃO (Secretário das Finanças) - Mas nesta hora eu pedia a gentileza de Vossa Excelência que me brindasse da sua atenção e que verificasse no despacho do documento nº 8, - está datado do dia dez - na reunião do dia onze com Sua Excelência, o Governador, eu disse na hora: já dei um despacho neste documento, que textualmente é o seguinte: questione-se o Midland quanto a taxa - e invoco testemunha de quem quiser de Sua Excelência o Governador do Estado.

Portanto, o estancamento não foi depois, eu já havia estancado a operação antes da denúncia de Sua Excelência, o Secretário do Planejamento.

Quanto a Lemann, quanto a ter sido a Lemann a empresa que contratou isto com o Estado, depois de vasculhar trinta bancos como está exaustivamente explicado no Relatório da minha assessoria, foram os negócios que apareceram; o Paraná fez os melhores negócios que apareceram, os melhores negócios que apareceram. E nos últimos vinte anos não se pagou taxa de intermediação.

Eu ouvi, ontem, os Senhores Deputados da Oposição, na defesa que é da sua obrigação, do seu dever, com raro brilhantismo defendendo este posicionamento, que é verdade. Mas tenho, devo dizer, que nos últimos vinte anos o Brasil não quebrou (foi em setembro de 1982, que o Brasil quebrou em Nova York). Devo dizer também aos Senhores que, nestes últimos vinte anos, por exemplo, só para elucidar um pouco a resposta, nobre Deputado, nos últimos vinte anos, também o Paraná não cobrava ICM sobre o café beneficiado, vendido na bolsa de mercadorias em São Paulo, o Governador Richa e este Secretário, começaram a trabalhar antes de tomarem posse, consegui-se isto nos últimos dias e o Paraná vai arrecadar, neste ano de 1984, graças a este esforço do Governador do Estado, do Governador do PMDB, dezoito bilhões de cruzeiros, nos últimos vinte anos nenhum governo recebeu ICM sobre café beneficiado e vendido na bolsa, portanto nós não podemos nos espantar, Senhores Deputados, com coisas que aconteceram em 1983, porque não aconteceram nos últimos 20 anos.

A filosofia, o ditado popular, diz que o que não acontece

em cem anos, pode acontecer em um minuto. Quanto à taxa paga a mais, eu já disse também na minha exposição, que a empresa que estava encarregada de fazer o negócio, era a única e exclusiva credenciada pelo Midland e que a taxa dela oficial definitiva foi de 8% e que a carta datilografada no dia 10 era uma mera minuta e não conseguimos da Lemann que em cima de uma minuta ela retrocedesse e cobrasse a taxa de 7%.

A propósito o documento n.º 10, é uma carta da Lemann dando detalhes explicativos sobre esta operação.

Quanto ao BRDE e a Loteria, depositar no Banco Mercantil, eu quero lhes dizer que tomei todas as medidas possíveis para que todos os órgãos depositassem no Banco do Estado, há alguns que ainda têm fora e estou trabalhando dia a dia com o Doutor José Carlos Campos Hidalgo, para que isso termine, invoco testemunho desse funcionário do Banco do Estado, Diretor de Crédito Geral e Vice-Presidente do Banco e que fiz uma carta a todos os Senhores Secretários para que os depósitos fossem feitos no Banco do Estado.

Acho que não pairam dúvidas, em todos os meus pronunciamentos, em todas as minhas atitudes desde que assumi a Secretaria das Finanças que eu sou o mais ferrenho defensor, de que todos os depósitos de órgãos sejam feitos no Banco do Estado do Paraná.

Tem uma carta datada de hoje, que infelizmente não está nos documentos, onde o BRDE diz que recolhe no Banco do Brasil, no Banco do Estado do Paraná e no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Eu não sei se numerei as perguntas na mesma ordem de Vossa Excelência, na minha numeração eu partirei para a resposta n.º 6, eu não quero deixar Vossa Excelência sem resposta e gostaria de me dirigir agora exclusivamente ao ilustre Deputado Airton Cordeiro e ao ilustre Deputado Erondy Silvério.

No decorrer desse "affair", os Senhores encaminharam indagação à Secretaria de Finanças, eu quero lhes dizer o seguinte:

Tudo que chega na Secretaria de Finanças, tudo que é pedido, principalmente dos Senhores Parlamentares, eu respondo imediatamente, é difícil uma resposta minha ficar para o dia seguinte, eu sei que a solicitação do ilustre Deputado Erondy Silvério, era uma solicitação que demandava alguns quilos de papéis e eu naturalmente devo ter demorado uma semana ou duas para responder, quero dizer também ao ilustre Deputado Erondy Silvério que esta solicitação foi encaminhada através da Casa Civil e eu não poderia tê-lo feito diretamente a Vossa Excelência, fi-lo diretamente à Casa Civil.

Faz parte da minha característica de trabalho a rapidez das soluções e eu não deixo para o dia seguinte, se faltar alguma coisa, peço ao Senhor Deputado que estou inteiramente à disposição, eu não deixo para o dia seguinte para devolver informações aos Senhores Deputados.

Quanto ao Senhor Gastão Fraguas, eu sou obrigado a fazer uma pequena divagação para o campo do Direito Penal, seria se um irmão cometesse um crime qualquer, e que se impusesse pena, à minha pessoa. Eu não estou vigiando os negócios do Senhor Gastão Fraguas, do Senhor João Fraguas; ele não faz parte da Lemann. O Senhor Gastão Fraguas não faz parte da Lemann. O Banco com quem eu fiz o negócio, a operação, do negócio que e eu avalizei, foi aprovado pela Diretoria. Eu não sei de nenhum relacionamento entre o Banco Mercantil de Desconto e a Lemann. Eu não sei e não vou trazer prova de que um não tenha relacionamento com o outro. Cabe a prova a quem alega.

Quanto ao esforço da Secretaria das Finanças, pergunta de número 7 está respondida.

Número 8 me nego a responder, porque não faz parte do caso, e sobre a Corretora, e parece que não está aqui em pauta. O Deputado encaminhou um ofício a mim, que eu

encaminhei ao Banco do Estado e confesso a Vossa Excelência que eu ainda não tive a resposta do Banco do Estado. Mas discutirei detalhes, com maior prazer a Vossa Excelência para elucidar todas as dúvidas de Vossa Excelência.

E quanto à gente na minha assessoria, de fora, lamentavelmente vou ter que dizer a Vossa Excelência que eu tenho que escolher os meus assessores; assim como Vossa Excelência escolhe os seus chefes de Gabinete, os seus assessores aqui na Câmara, com toda a liberdade. Mas, não são todos de fora; é um percentual insignificante. Eu trouxe de fora o meu Diretor Geral, de Bauru; trouxe de fora, o Assistente Jurídico, de Brasília que era assessor de Ministro, tem nível de Ministro, agora, eu quero dizer também aos Senhores Deputados, que a minha assessoria tem nível de assessoria de Ministro. E que eu tenho que exercer a minha liberdade para escolher os meus assessores. Eu prefiro desapontar alguns dos Senhores Deputados e algumas pessoas do povo, na escolha, do que desapontar depois, com seus atos. E a minha assessoria não vai desapontar o povo do Paraná com seus atos, porque é a mais eficiente que eu conheço; escolhi os melhores técnicos, os melhores especialistas, que a minha inteligência até então tinha me indicado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinatti.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Senhor Secretário, diante das contundentes acusações dirigidas a Vossa Excelência, de viva voz, perante o Plenário desta Casa, pelo Secretário Belmiro Valverde, e diante dos veementes protestos de inocência, de Vossa Excelência. Vossa Excelência, Doutor Erasmo Garanhão, sentir-se-á, após episódio, tranqüilo, cômodo participando da equipe de Governo, dela fazendo parte o Secretário Belmiro Valverde? Ou acha Vossa Excelência não haver espaço para os dois?

Segunda pergunta - As acusações do Secretário Belmiro, foram feitas em nome da autoridade administrativa, da probidade, da moralidade ou no entendimento de Vossa Excelência, elas têm origem em incompatibilidade política entre as correntes que formam o Governo? Isto é, . . .

O SR. NILSO SQUAREZI (Pela Ordem) - O Senhor Secretário está depondo sobre um fato concreto, a origem do requerimento que nós endereçamos à Mesa. E neste, não estão as ilações que o Senhor Deputado procura formular, como não estão, Senhor Presidente, o desdobramento desta questão. Exercício de futurologia não entra em questão. Estamos analisando um fato concreto do que ocorreu até hoje. Portanto, Senhor Presidente, eu peço que Vossa Excelência exerça a autoridade de Presidente da Casa, para fazer com que orador se atenha ao objeto da indagação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa, respondendo à questão de ordem levantada por Vossa Excelência, invoca o artigo 92. (Lê): "Nos termos do artigo 20 da Constituição, a Assembléia e suas Comissões, podem convocar por deliberação da maioria dos seus membros, qualquer Secretário de Estado, para prestar informações sobre questões prévias e expressamente determinadas, atinentes a assuntos da respectiva Secretaria."

Amparado no Regimento Interno, em seu artigo 92, a Presidência acata a questão de ordem de Vossa Excelência e solicita ao ilustre Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha às indagações pertinentes e objeto do requerimento da convocação, cujo requerimento foi aprovado por este Plenário.

Vossa Excelência tem dois minutos para formular as suas indagações, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) - Solicito a Vossa Excelência, em virtude da ausência do Senhor Secretário que teve que se retirar por motivos de força maior, por alguns instantes, que o Senhor Deputado aguarde até o retorno do Senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa suspende a sessão por dois minutos até o retorno do Senhor Secretário.

(É suspensa a sessão por dois minutos).

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a sessão. Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati, por dois minutos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, ontem já me negaram o direito de formular pergunta aqui, entendendo que fugia o momento de convocação dos Senhores Secretários.

Mas, entendo Senhor Presidente, que as indagações que estou fazendo ao ilustre Secretário Erasmo Garanhão, em absoluto, foge ao motivo da convocação.

Eu acho que até Sua Excelência gostaria também de ter oportunidade de abordar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o entendimento da Mesa e mais ainda amparado no Regimento, as indagações feitas por Vossa Excelência ao Senhor Secretário fogem totalmente ao objeto da convocação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, eu continuo insistindo que não foge...

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que dentro do Regimento, dentro da imparcialidade de Vossa Excelência, o Deputado Antônio Belinati tivesse o seu direito assegurado de fazer as perguntas ao ilustre Secretário que está sendo ouvido neste momento.

E queria que Vossa Excelência como o conheço, desse esse direito para que ele fizesse as perguntas e que Vossa Excelência bloqueasse as perguntas que não estivessem dentro do complexo das diretrizes da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa ao responder a questão de ordem pelo ilustre Deputado, quer declarar que acima da imparcialidade da Presidência está o Regimento interno, cujo cumprimento tenho a obrigação e o dever de cumprir.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, eu tinha aqui várias perguntas ao Senhor Secretário.

Como teria que fazer quase que um curso para saber o que nós devemos perguntar, eu com todo respeito a Vossa Excelência me recuso de fazer qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o orador inscrito, Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhor Secretário Erasmo Garanhão, inicialmente discordando do ponto de vista de Vossa Excelência com referência à inflação, que a crise aguda foi nos últimos seis meses de 1983, eu afirmo que a crise do Brasil, teve dois pontos de destaque: 1974 e em 1978 reequilibrando, veio alterar em 1979, perdurado até agora com a recessão.

Porquanto, desde 1979 e não nos últimos seis meses.

Mas, Senhor Secretário, o Senhor Belmiro Castor Valverde, é um homem probo e até prova em contrário, merece

nossa confiança.

Vossa Excelência demonstrou na administração das finanças do Estado, confiança.

Vossa Excelência demonstrou na administração das Finanças do Estado, comando do arrocho fiscal e de que é capaz, e habilidoso nos negócios pessoais.

Quando todos reclamam dos juros extorsivos, Vossa Excelência consegue um empréstimo pessoal para um seu compadre a juros de 2%.

A pergunta: como Vossa Excelência explica a transação com o Midland Bank, que propôs empréstimo ao Estado a 5 mas 2% e Vossa Excelência preferiu a participação da Corretora Lemann, pagando 5 mais 3%, cuja corretora, por sinal é ligada ao Banco que lhe fez empréstimo pessoal de juro a 2%, saindo o Estado lesado em 98 mil dólares ou seja, no cálculo de hoje 147 milhões de cruzeiros, a preço de hoje.

Esta é a pergunta que nos formulamos porquanto a alegação que uma minuta, remetida pelo Midland Bank, junto com uma carta é uma simples proposta, esta é outra pergunta, gostaria que Vossa Excelência confirmasse, esta carta com a proposta é remetida pelo Midland Bank, porque o Banco não ia mandar uma proposta que ele não ia cumprir, quando ele disse que o seu juro seria 5% e 2% da intermediação.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Bom, a pergunta n.º 1 eu acho que houve um equívoco do honrado Deputado, porque eu não disse em nenhum instante que a crise brasileira se concentrava só nos últimos seis meses de 1983, e ainda entendo que o Deputado tenha confundido, crise econômica com crise financeira. A crise econômica brasileira data de 1964 optou-se pelo mercado externo em detrimento do mercado interno, quando esterilizou-se a economia brasileira, quando partiu-se para investimentos enormes aqui, com facilidade de devolução, quando aumentou a dívida brasileira como nunca, são dadas, hoje demonstram que a situação brasileira é muito pior que a de 1930, quando a recessão foi menor e desceu os índices de renda "per capita" líquida na fase de 30 e 34 para 88 e 86%, e dados de hoje dizem que a crise trouxe a renda líquida "per capita" para 86%.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) - Colaborando, Senhor Presidente, nos termos regimentais como não gastei meu tempo todo, só colaborando um pouco com o Senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa adverte que não permite a vossa intervenção.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Não é aparte, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa não permite.

O SR. GILBERTO CARVALHO - É um trabalho que eu tenho do Sérgio Freitas, economista da área internacional, diretor da área internacional do Banco Itaú, é o trabalho que eu tenho aqui demonstrando esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Eu solicito à Vossa Excelência que encaminhe à Mesa, por gentileza.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Se essa é a informação que o nobre Deputado tem eu respeito, mas só pediria a Vossa Excelência que não colocasse na minha boca a afirmativa de que a crise brasileira estava concentrada nos últimos seis meses de 1983, eu realmente não disse isso em nenhum momento aqui.

Quanto a sua ironia, eu vou responder com seriedade, de

que eu seria habilitado na consecução dos meus negócios pessoais, eu quero dizer eu sou avalista desse empréstimo eu até perguntaria aos Senhores Deputados se avalista discute taxa? Avalista assina porque tem confiança irrestrita na pessoa não sabe às vezes nem o valor do empréstimo. Portanto, eu repilo a sua afirmativa jocosa, que não está no mesmo diapasão da minha apresentação, da habilidade nos meus negócios pessoais, eu tenho habilidade sim nos meus negócios pessoais e nos negócios do Estado, só repilo a insinuação jocosa porque não deve fazer parte.

Quanto à uma terceira pergunta de que o negócio devia ser feito com o Midland e não com a Lemann eu relembro ao Senhor que o negócio começou com a Lemann, gostaria de dizer aos Senhores Deputados que essas negociações começam com uma empresa intermediária, quem está contratando do lado de cá, nem sabe qual é o Banco do Exterior.

Agora quero dizer aos Senhores Deputados também, que esta situação que agride aos Senhores Deputados, que agride a mim também por ter pago esta taxa, o responsável por isso não é o Governo do Paraná, é o Governo da União.

Nós somos os maiores revoltados em pagar essa taxa, mas o que acontece? Nós entramos em contato com um banco, pedimos encarecidamente dinheiro, insistentemente e o banco diz que não tem e dias depois chega alguém, como representante seu, como nós vimos neste documento de n.º 14, se não me engano, onde tem os intermediários, e oferece dinheiro. Quer dizer, esta situação vexatória, agressiva, em que nos encontramos, nós chegamos a ela pelas mãos do Governo Federal.

Então, quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: que a negociação começou com a Lemann, no dia 6 de setembro, para esta operação. E se Vossa Excelência acha que existe ligação entre a Lemann e o Banco Mercantil de Descontos, me desculpe, mas cabe a Vossa Excelência provar. Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está com a palavra o Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Secretário, não estamos aqui para acusá-lo, nem tão pouco para referendar o depoimento prestado ontem nesta Casa, pelo Secretário do Planejamento, Belmiro Castor Valverde. Ontem indagamos do Senhor Secretário do Planejamento, e ele nos respondeu negativamente, e a pergunta formulada foi a seguinte: o Senhor Secretário do Planejamento, para nós tem tecnologia, prática suficiente, na obtenção de empréstimos em moeda estrangeira.

Isto porque ele foi Secretário do Planejamento, no Governo Emílio Gomes e Jayme Canet Júnior, e houve-se bem nas duas oportunidades. Perguntamos a ele, se a taxa de intermediação, paga neste Governo, foi paga naquela oportunidade? Ele respondeu, Senhor Secretário, Erasmo Garanhão, que não havia sido paga a taxa de intermediação naquela oportunidade.

Hoje complementamos a pergunta a Vossa Excelência, da seguinte forma: o Governo do Estado do Paraná fez nos últimos meses empréstimo em moeda estrangeira, pagando taxa de intermediação. Órgãos da administração indireta, COPEL e BADEP, fizeram empréstimo semelhante na mesma oportunidade. Eu indago de Vossa Excelência se esses órgãos da Administração indireta COPEL e BADEP, pagaram esta taxa de intermediação, e se foram pagas, em que base?

Muito obrigado.

O SR. ERASMO GARANHÃO - o BADEP pagou 8%, eu disse na minha exposição, a COPEL eu não tenho informações detalhadas mas, tenho escutado que teria sido na base de meio por cento, 1% e por aí. Quero também dizer o seguinte, se ela

fez contratos, a COPEL, com taxas diferentes, ilustre Deputado, Nelson Buffara, e se me fosse dado agir como agiram os que me denunciaram, nós teríamos também, na via da ilação, na via da pouca consequência, da acusação sem provas, o que é muito grave, levantar o seguinte: se um contrato foi feito com uma taxa, e o outro com outra, se um foi meio, e outro foi um, teria havido irregularidade neste contrato de 1%, e eu não ousa dizer isto absolutamente, porque entendo que as taxas dos bancos flutuam, de um dia para o outro; as taxas flutuam meus Senhores.

A COPEL, ela tem empréstimos com Bancos de Desenvolvimento, ilustre Deputado, que têm linhas de crédito no Exterior direcionadas, prioritárias, e a COPEL, ela como outras grandes estatais, ela se utiliza do escritório de um grupo internacional de "libor", com sede em Nova York e Washington, e paga mensalmente por essa assessoria.

Há contrato, não sei se está no "dossiê" que o Senhor recebeu, mas há um contrato de "libor" da COPEL com esta organização, e nós temos em mãos, e se Vossa Excelência quiser, depois descer para detalhes.

E além disso, os bancos internacionais, possuem em seus orçamentos anuais, recursos para áreas de energia, siderurgia, transportes, telecomunicações, etc. tendo estes bancos prioridades de aplicações em áreas específicas, principalmente, energia e telecomunicação.

Sobram portanto, poucos recursos para a aplicação na rolagem da dívida externa dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Concedo a palavra à Senhora Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Secretário, tenho três perguntas a fazer.

O Paraná jamais se utilizou antes de intermediação para contratação de empréstimos em moeda estrangeira?

Existem documento que comprova que a corretora Lemann era a única autorizada a intermediar esta operação de nove milhões e oitocentos mil dólares com o Midland?

Em termos de contratação de empréstimos que consequência teria advindo ao Paraná, se a operação com o Midland Bank não tivesse sido realizada?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Primeira pergunta já respondida em outras ocasiões, nunca pagou taxas. Porque o mercado financeiro de 1983 foi absolutamente atípico, diferente. Muitas coisas não aconteceram nos últimos vinte anos, nos últimos Governos, que estão acontecendo agora. E eu provei no relatório, provei com cópias de telex, de proposta e de aceitação de negócios de vários Estados que estão pagando essa taxa o que ocasionou uma reunião em Brasília de todos os Secretários de Finanças combatendo essa taxa, insistindo para que fossem feitas as operações diretamente com os bancos oficiais.

Quanto à exclusividade de Lemann está no documento 7 B onde o Midland Bank diz que o serviço sobre o total deveria ser pago diretamente ao Midland Montagu Ltda., e as demais despesas de agenciamento deveriam ser pagas exclusivamente a Lemann Ltda., Participações e Empreendimentos, na qualidade de agentes dessa operação.

Se eu não tivesse feito essa operação? Eu não quero discorrer no vago. Eu não quero ficar com hipóteses. Eu sou obrigado aqui a trabalhar e responder como adulto, com responsabilidade. Acho que na base da divagação, na base da ilação, na base das meias verdades, das inverdades já foi dito muita coisa ontem. Se eu tivesse insistido, se eu tivesse conseguido fechar o negócio com 7% o Paraná teria ganho, ou deixado de perder 98 mil dólares. Mas eu era obrigado, como homem de negócio, para não envergonhar o Paraná, a usar o

mesmo critério para contratação que está em andamento neste ano, de 7.2 milhões de dólares e contratá-lo a 6.85 como os negócios foram encaminhados. A taxa caiu para 3, eu despachei no dia dez antes da fatídica primeira reunião, dizendo, questione-se o Midland, Documento n.º 8. E agora se eu tivesse que fechar com essa taxa, o Estado teria um prejuízo de 277 milhões de dólares e teria ganho os 98 milhões de dólares lá atrás, e perderia dos dois negócios, líquido, 177 milhões de dólares. Sem falar nas consequências de toda a nossa dívida se vencer. As consequências da não contratação transcendem no Aviso 30, já que é apenas um paliativo de curto prazo e que não gera recursos gráficos que necessitávamos para pagamento de despesas indispensáveis com o pessoal, outros custeios e obras prioritárias.

Observe o seguinte ilustre Deputada. O Governo do Paraná introduz na sua administração o pagamento do 13%, graças a uma arrecadação que está sendo levada adiante sem arrocho fiscal, porque é uma fiscalização que evita a auto-de-infração. É preciso que se diga para quem é técnico da área, que arrocho fiscal é quando existe autuação. Uma administração que evita por todos os meios de autuação, tendo fiscalizado neste fim de ano trinta mil empresas e tido apenas 100 auto-de-infração, não pode, para que tenha o mínimo de conhecimento na área se acimada de arrocho fiscal.

Graças à arrecadação que tivemos, conseguimos pagar 10 bilhões de cruzeiros de 13%. Não tivéssemos feito essa operação, talvez não pudéssemos fazer isso. Tivéssemos deixado para depois, o dólar contratado nessa época quanto custava? Por volta de mil cruzeiros? Por volta de mil cruzeiros. E hoje quanto está o dólar? No caso de postergarmos o pagamento do Aviso n.º 30 até 30 de junho de 1984, seriam dispendidos entre juros e variação cambial o valor de 14.6 bilhões de cruzeiros, a preços de junho de 1984. Como foi pago com recursos de empréstimos em janeiro de 84, porque fechamos está operação, senão não seria possível, dispendermos 8.9 bilhões de cruzeiros entre variação cambial e juros, o que nos deu uma economia global de 5.5 bilhões de cruzeiros. Aí está a coragem e a capacidade de decidir e a decisão foi acertada. Trouxe vantagens para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Concedo a palavra ao próximo orador, Senhor Deputado inscrito, Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Secretário. Tenho três perguntas a fazer.

Primeira - Nos casos de empréstimo de grande monta, a Secretaria de Finanças costuma consultar o Senhor Governador? Em caso afirmativo, porque não foi feito desta vez?

Segunda - Se no tocante ao empréstimo que ora se discute, apesar da iniciativa ter partido do próprio banco investidor, se o corretor interveniente possuía alguma oportunidade de prejudicar ou cancelar a operação, se não tivesse suas pretensões atendidas?

Terceira - A Lemann já prestou serviços anteriores ao Paraná e em outras oportunidades outros corretores ou a própria Lemann alterou a sua taxa de serviço?

O SR. ERASMO GARRANHÃO - Esses contratos são assinados pelo Governador, ilustre Deputado. São vistos pelo Procurador Geral do Estado e culminam com a assinatura do Governador.

A segunda pergunta, se teria interesse em prejudicar o Estado. Acredito que não. Há um documento aí n.º 10, que fala sobre a taxa comissão local da Lemann dirigida ao Governo do Estado do Paraná, dirigida ao Secretário de Finanças, esclarecendo também a comissão local foi única e exclusivamente 8%. Nunca falou em 2%. Aqui gostaria de dizer o

seguinte: uma pergunta que faço aos Senhores Deputados e ao povo do Paraná, suponhamos - já que ontem, aqui correu solta a suposição - suponhamos que não tivesse avaliado esse título de Banco Mercantil de Descontos. Será que este assunto teria tomado essa grandeza, que este assunto estaria sendo discutido hoje aqui entre os 58 Senhores Deputados, tomado o seu tempo em 2 tardes de sessão?

Será que não tem alguma coisa por trás disso tudo? Peço aos Senhores Deputados que vejam o Documento n.º 27, como esse assunto foi plantado com antecedência, preparado. Houve uma orquestração sobre isso, Senhores Deputados. Veja a "Folha de Londrina" do dia 15 de abril. Veja a "Folha de Londrina" do dia 17 de abril "Indústria e Comércio", do dia 18 de abril, "Indústria e Comércio" do dia 25 de abril.

No dia 15 de abril, o que diz a "Folha de Londrina?"

"A calma da Semana Santa, parece reservada a uma importante e abrupta mudança na área do Governo Estadual. Um certo balão inflou demais, e agora murcha sem defensores."

"Folha de Londrina" do dia 17 de abril: "O Chefe da Casa Civil do Governo Richa, só se fala uma coisa nas hostes palaciais: botou ordem na Casa e está tirando azeitona da empada de muita gente."

"Indústria e Comércio", 18 de abril: "Suspense na Corte: quatro ministros do rei foram ao rei queixar-se do Conselheiro real. Questão de um certo malote extrativo, cujo valioso conteúdo tem causado muitos comentários à boca pequena e no meio sorriso. O rei está muito indeciso. Aguardam-se os proclamas a respeito."

"Indústria e Comércio": 25 de abril: "Semana Santa não é momento apropriado para exame da situação limite na intimidade do Governo, a não ser que se pretenda crucificar alguém, o que oferece o risco de uma reprise tediosa da opção por Barrabás em detrimento da liberdade, mas também para a glória de Jesus, pois antes dos feriados, como na Santa Ceia, Richa colocou os seus Secretários numa mesa e ouviu acusações internas. Como a cidade tem ouvidos e sabe das coisas, seja a saída do Governador de helicóptero para o aeroporto ou transferência de um telefone da FUNDEPAR, houve espanto no vazamento dos informes. Não se sabe porém, se houve beijos e abraços entre acusados e acusadores. Deixa disso, é vocação."

E a "Folha de Londrina" do dia 3 de maio: "Após os acontecimentos no Palácio, um balão está murchando em Curitiba. Articulações palacianas deixaram passar a Semana Santa e protelaram para ontem a explosão oficial do caso."

Quem tem dúvidas nesse Plenário, quem tem dúvida no Paraná de que esse assunto estava na imprensa, na "Boca Maldita" e no Estado inteiro, antes que o Governador tomasse conhecimento dele. Aí está a infidelidade não a mim. Não preciso, não me interessa da fidelidade de Sua Excelência o Senhor Secretário do Planejamento, mas ele não podia ter sido infiel ao Governador do Estado. Não se poderia ter largado esse assunto ao povo, aos Parlamentares da Oposição que são testemunhas disso. Não podiam ter largado esse assunto na "Boca Maldita" e todo o mundo sabe qual o folclore carinhoso da "Boca Maldita" no Paraná.

Não podiam ter levado aos recantos do Paraná a dúvida sobre a honra de um homem.

Tivesse feito nos caminhos da lealdade, tivesse levado o assunto em primeiríssima mão ao Governador do Estado e este problema não teria tido o desenrolar que teve. Aqui é que eu digo mais uma vez: não preciso da lealdade de Sua Excelência o Secretário do Planejamento, mas ele não pode negá-la ao Governador do Estado. Este é um Governo que tem um líder, esse é um Governo que tem um comando, esse é o Governo que tem um Chefe. Este Governo não aceita príncipes, esse Governo tem um Chefe, um comando rígido, sério, honesto,

íntegro. O comando deste Governo está nas mãos de José Richa e ninguém tem o direito de querer ser o príncipe deste Governo. Nós somos meros e humildes auxiliares, assessores do Governador do Estado, que tem inteligência, que tem competência, que tem capacidade para gerir os negócios do Paraná.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como os Senhores Deputados não têm o direito de se desviar do fulcro da questão, eu imagino o Senhor Secretário também não o tenha.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência tem razão na questão de ordem levantada.

Eu solicitaria a Sua Excelência o Senhor Secretário Erasmo Garanhão, que em suas respostas, atenha-se também ao objeto da convocação

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu peço desculpas à Casa, aos Senhores Deputados e principalmente ao Deputado Ailton Cordeiro, porque, também acho que me é dado o direito, Deputado. O homem que tem a sua dignidade tentada jogar para o alto e com as provas inteiras e completas todas aqui, penso que tenho o direito de extravasar e jogar a sua emoção, a sua alma, o seu ser numa resposta dessas. Mas peço desculpas à Casa porque entendi que extrapolei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário das Finanças Doutor Erasmo Garanhão.

Na tarde de ontem deixamos de formular perguntas, porque entendemos que devíamos ouvir a explanação e as denúncias formuladas pelo Senhor Secretário do Planejamento.

No entanto, nesta tarde, apesar de já esclarecido em alguns pontos, principalmente no que trata às denúncias formuladas pela imprensa. Eu tenho em mãos a revista "Veja" do dia 9 de maio e, coincidentemente, as perguntas que eu fiz ao Senhor Governador do Estado no dia 8 de maio, hoje coincide com as respostas que Vossa Excelência traz a esta Casa. Mas, ainda tenho algumas dúvidas.

O Senhor Secretário Belmiro, enfatizou estranheza, pelo fato de que uma corretora é que fixou o percentual acima do que havia sido estipulado pelo próprio Midland Bank. Qual a sua visão sobre este fato? Outra pergunta: Qual o total dos empréstimos contratados pelo Governador Richa? Terceira pergunta: A cobrança de comissão locais não caracterizam uma extorsão aos Governos Estaduais, numa cobrança de juros sobre juros?

A que Vossa Excelência atribui as denúncias que colocam em dúvida a sua honestidade pessoal? Vossa Excelência admite ter praticado atos ilícitos no exercício do cargo de Secretário das Finanças do Estado do Paraná?

Finalmente Senhor Secretário: Quais as medidas saneadoras tomadas pela Secretaria das Finanças no tocante a estes empréstimos externos cujas denúncias chegaram ao Plenário desta Casa?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Bom, primeira pergunta ilustre Deputado Rubens Bueno se refere à informação da "Veja". O assunto foi colocado, não é verdade que houve divergência. Os Senhores podem invocar o testemunho do Governador, eu estou com a minha assessoria aqui, as três pessoas contratadas estão aqui e eu li o relatório feito. Sem a menor interferência minha, dos assessores.

Podia formular a segunda pergunta, por favor, ilustre Deputado?

Vou respondendo as outras perguntas e Vossa Excelência indica onde está a pergunta que eu deixo de responder.

No exercício de 1983 foram firmados contratos pela atual administração no valor total de 46.1 bilhões de cruzeiros, pela autorização contida na Lei n.º 4131 foi contratado empréstimo externo num total de 27.8 milhões equivalentes a 27,2 bilhões, nos termos da Resolução n.º 63. Empréstimos e, dólares com bancos nacionais foram capeados junto ao BANESTADO e BANORTE, recurso correspondente a 7 bilhões, ou 12 milhões de dólares.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que nós contratamos a dívida do Estado do Paraná, era de 54.2 milhões de dólares que tínhamos que pagar em 1983. Rolagem de dívidas, dívidas contraídas em anos anteriores e que nós recontratamos pelo Governo Richa 44.8 milhões de dólares. Quer dizer, 52.2 menos 44.8 deve dar 7,4 é o total da dívida externa que o Governo José Richa pagou. Ele não está endividando o Paraná. O Governador não rolou toda a dívida. Rolou apenas 85% da dívida.

Quanto à extorsão acho que sim, é uma extorsão, é uma loucura, sou mais agredido quanto a isso, os Secretários da Fazenda fizeram tudo para evitar isso, estão aí os documentos na pasta que os Senhores receberam, acho uma agressão mas é fruto da política do Governo Federal. Os Estados que vivem uma ficção de Federação só com a centralização das Receitas do Governo Federal não têm condição de fazer de forma diferente.

Ilícito, absolutamente. Eu poderia até ter cometido um ato ilícito, mas sem dolo, um ato de culpa, um ato de negligência. Absolutamente. Não cometi um ato ilícito, não cometi um ato errado, fiz o melhor e estou aprovando as mãos cheias que foi o melhor que o Paraná podia fazer.

Não é verdade que o Paraná perdeu 98 milhões de dólares. Só na comparação simplista da acusação de ontem o Estado teria ganho 177 milhões de dólares e, em fechando a operação deixou de pagar 5.5 bilhões de dólares como acabo de ler aqui se não tivesse fechado a operação, iríamos para o artigo 30, sem contar com as consequências que poderiam vir se nós não conseguíssemos fechar nem o Aviso e com consequências para o Paraná de vencimento de toda a dívida, bloqueio das verbas federais de transferência que vinham para o Paraná, e até e em último caso intervenção do Governo Federal no Paraná.

Medidas saneadoras do Paraná, tomou-se e as primeiras medidas foram as seguintes: de consultar o Banco do Brasil exaustivamente; Banco Central exaustivamente; Os Ministros da área; Presidente do Banco do Brasil; Presidente do Banco Central; acionamos o Banco aqui em Curitiba; o Governador juntou-se aos outros dois Governadores para reforçar, ficar com o extremo Sul todo junto. Foi falar com o Presidente do Banco Central e eu fui junto; com o Presidente do Banco do Brasil, com os dois Ministros juntos. Está a fotografia no "Jornal do Brasil", Documento n.º 19, está aí a fotografia.

Não conseguimos nada. Os melhores negócios que nós conseguimos, nós fechamos. Fechamos com as melhores taxas que nós podíamos conseguir. E tanto é, e o ilustre Deputado pode verificar, que no mesmo dia fechamos contrato, quatro contratos e as taxas eram 9, 9, 5, 8 e 8. Por que se questiona de 8? Por que o Secretário de Planejamento não questiona a taxa de 9,5?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARRI JÚNIOR - Senhor Secretário, eu vim para a reunião de hoje em função do que disse ontem o Senhor Secretário de Planejamento. Eu pretendia fazer a Vossa Excelência inúmeras indagações, quem sabe dez indagações ou mais.

Contudo, Vossa Excelência trouxe e entregou a cada um dos Senhores Deputados um "dossiê", documentos que em se estudando, lendo, nós poderemos encontrar aquilo que nós perguntaríamos a Vossa Excelência. Nós temos que ser práticos e objetivos, Vossa Excelência, a acusação do Senhor Secretário do Planejamento é um . . . para mim é uma . . . Ele diz que Vossa Excelência, se tivesse feito um "papagaio" (ele comparou), se Vossa Excelência fosse a um banco fazer um "papagaio", o banco lhe ofereceria um "papagaio" a 7%, e Vossa Excelência teria dito ao gerente do banco: não, eu não quero esse "papagaio" a 7%, eu quero a 8. Então, que em função disso, o Senhor causou um prejuízo ao Estado do Paraná.

Então para mim só uma resposta chega: se Vossa Excelência foi obrigado a contratar uma corretora? Caso afirmativo (parece que Vossa Excelência já respondeu isso, mas eu gostaria que fosse respondido em alto e bom som), diga, por favor, aonde estão as provas, nas páginas que eu quero acompanhar para eu fazer anotação, de que Vossa Excelência fez um contrato com uma corretora por absoluta necessidade, porque o seu acusador disse - bateu nesta tecla que aí estaria o seu grande pecado, aí estaria o seu grande erro, aí estaria a sua grande culpa que Vossa Excelência não teria tido a necessidade de fazer acordo com a corretora. Então, nas entrelinhas, ele deixou ao Paraná, a esta Casa, a todos, nas entrelinhas, ele deixou perceber que haveria ali má fé.

Então, se Vossa Excelência me responder isso do jeito que eu lhe indaguei, eu me darei como satisfeito. Muito obrigado.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu vou empenhar-me em responder ao nobre Deputado já que ele faz apenas uma pergunta da forma mais clara, objetiva e detalhada possível.

O nobre Deputado poderia ler o relatório dos assessores que disseram que estavam intrigados comigo; entendo que seja um relatório que foi entregue vinte e quatro horas depois ao Governador, estava pronto para ser entregue vinte e quatro horas depois, não tem perigo de ter aqui um subterfúgio neste relatório. Eu endosso, aprovo este relatório, e eu me responsabilizo por todos os negócios feitos pela assessoria - quero repetir isso quantas vezes forem necessárias, esta é a quinta ou sexta vez, eles que contrataram, a responsabilidade é toda minha, eu assumo tudo. Veja o ilustre Deputado o documento nº 14, o Senhor tem a relação dos empréstimos, está aí a soma: 44.8 milhões de dólares e estão embaixo do rodapé, ilustre Deputado, as empresas que contrataram e as intermediárias - as empresas intermediárias.

Então, vê-se que os melhores negócios foram estes que encontramos. Quando o Secretário do Planejamento diz isso de forma jocosa e infantil, ele desliza, ele esquece que ele sai da seriedade mas desliza para a irresponsabilidade. Eu não estou a fim de fazer brincadeiras, hoje, aqui, eu me considero um homem sério. E se alguns dos Senhores considerem que até aqui o Secretário do Planejamento tenha sido um homem sério, eu também considero, mas as acusações devem ser claras, devem ser objetivas, porque no subjetivo, na ilação, na suposição, na brincadeira, é fácil para se incriminar uma pessoa.

Então, o Senhor veja no Documento nº 14 que as taxas estão todas aqui. Por que que o Secretário do Planejamento não questionou a taxa de 9,5% fechada no mesmo dia? Por que não questionou a taxa de 9% fechada no mesmo dia? Por que não questionou a outra de 8% que é igual a esta; e esta colocação de que isto seria igual a ir num banco e se oferecer a taxa de 7% e eu contratar 8, ela é por demais simplista, desligando de novo para a irresponsabilidade, para a detração leviana até. Os Senhores vejam aqui no Documento nº 7 B que o próprio banco diz que é exclusiva contratadora do negócio como agente a Lemann no fim. Está aí a carta, está aí a carta da Lemann, está aí o telex da Lemann dizendo que está fechan-

do em caráter definitivo, está aí a carta da Lemann. Ilustre Deputado, Documento nº 10 (o Senhor poderia ter a gentileza de lê-lo todo) tem explicações claras (eu acho que me cansaria muito, Senhores Deputados, lendo este documento), tem explicações claras, dizendo que ela nunca falou em 2%, ela sempre falou em 3. Em nenhum momento ela falou em 2%, e o Midland Bank disse: quem fala da corretagem local é a Lemann.

Eu tenho aqui a relação (isso não está no documento dos Senhores Deputados), aqui tenho a relação dos telefonemas feitos, das contas de telefone feito para o setor internacional e bancos daqui, corretoras, na tentativa de encontrar os melhores negócios para o Estado, quem quiser manusear está aqui, quantos telefonemas teriam aqui, mas uma quantidade enorme, está tudo aqui, com as contas pagas pela Secretaria das Finanças, se algum Deputado quiser saber se tal dia foi feito um telefonema ou não foi, está tudo aqui, com a maior facilidade para se identificar.

Penso então que para resumir a resposta do ilustre Deputado, se ler a carta do banco dizendo que a Lemann era a única agente corretora, se ler toda a documentação da Lemann, dizendo que ela nunca falou em 2%, se ler o telex da Lemann do dia 11 que chegou aqui, podia ter chegado até antes da carta, porque a carta é uma minuta e datilografada no dia 10, na melhor das hipóteses ela chegou junto, mas eu poderia, se eu não quisesse dizer a verdade toda estampada aos Senhores Deputados, o que não aconteceu ontem aqui, teria dito que essa carta chegou depois e a carta da Lemann - Documento nº 10, dando todas as explicações, eu insisto Senhores Deputados que esta mal sinada carta, que engendrou gongóricos pensamentos tecnocráticos na cabeça de pessoas, ela é a prova cabal, Senhores Deputados, povo do Paraná, de que existiu lisura absoluta nesse negócio, de que minha conduta foi ilibada e que eu fiz o melhor para o Estado.

Eu não ia ser burro ao ponto de deixar que isso chegasse à Secretaria de Finanças, se houvesse uma mutreta triangular, como quis supor de suposição em suposição, de estática em estática, de fotografia em fotografia, não reconhecer o dinâmico, o geral e tomar uma atitude de irresponsável, infantil, ingênua que uma empresa e um banco pudesse fechar um negócio com o Governo do Paraná, fora de taxa de mercado, eu não posso como Secretário das Finanças do Paraná, ser ingênuo, ser infantil, ser irresponsável, não fui, não sou e não serei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o orador inscrito, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, Erasmo Garanhão.

Eu quero resgatar, mesmo que seja repetitivo, as questões centrais, Senhor Secretário, razão da denúncia, o eixo da denúncia do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, que no meu entendimento não duas e o restante me parece ser acessório.

1.º - Que o Paraná, Senhor Secretário, tem vinte anos de tradição no mercado financeiro, palavras quase textuais, se não me engano, pelo que me lembro, que o Paraná tem vinte anos de tradição no mercado financeiro e portanto não deveria buscar recursos nos corredores escuros das instituições financeiras internacionais, guiado por meros despachantes, que são corretores, tal como a Lemann e sim que deveria ser recebido nas salas de tapetes vermelho das diretorias dos bancos, quer dizer, ao negociar com dois corretores, a corretora do banco, no caso daquele empréstimo, a Midland Montagu e a Lemann o Senhor estaria cometendo prodigalidade, liberalidade e com isso dando, trazendo prejuízos ao Estado do Paraná.

2.º - Que cometeu, o Secretário das Finanças do Estado do Paraná, liberalidade e prodigalidade, principalmente quando

aceitou o aumento da taxa da Lemann de 2 para 3% e apresentou documentos, dando as datas - dia 10/10/83, a carta da Midland estabelecendo numa minuta 7%, dia 11/10/83, um dia após, carta da Lemann, falando em 8% dia 13/10, a CEF concordou com os 8% através de carta para a Lemann no dia 20/10, o Midland em carta, manteve a sua taxa de 5%, dizendo que o restante, o Estado do Paraná deveria acertar com a Lemann, ou com outros corretores. Na ocasião, me parece não foi dito que teria que acertar com a Lemann. Seriam essas, no meu entendimento, as duas questões centrais da liberalidade e prodigalidade cometida pelo Senhor Secretário de Finanças do Estado do Paraná, que poderiam mostrar corrupção, como quando se fala em COROA-BRASTEL, DELFIN, CAPEMI, é corrupção no duro; quando se fala na incompetência, no mal negócio, também seria corrupção, como usinas nucleares, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, que seriam também taxados de corrupção, um mau negócio, com liberalidade e prodigalidade, essas foram as denúncias centrais do Secretário do Planejamento.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu indago da Presidência, quanto tempo eu teria para responder a primeira pergunta do Deputado Mário Pereira?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência tem o tempo necessário para responder essa pergunta.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu poderia, ilustre Deputado Mário Pereira, ficar aqui e tomar o tempo dos Senhores até nove horas da noite, até meia-noite, dizendo coisas que não aconteceram nos últimos vinte anos, que aconteceram no ano passado.

Então eu acho esta uma colocação por demais destituída de fundamento. Nós já provamos aqui às mancheias que nos últimos vinte anos, não houve taxa de intermediação. Eu nunca neguei isso, é verdade que os ilustres Governadores do passado não pagaram taxa de intermediação; é verdade também que os Governos do PMDB nesta época, o Senhor Chagas Freitas, no Rio de Janeiro, não sei se tinha mais algum do PMDB no Brasil, não pagaram também. Eram condições de mercado; situação e economia, situação financeira do País. Acho que isto, basta um pouco de seriedade para se chegar a essa conclusão. Quando, o Senhor Secretário do Planejamento fala de tapetes e de corredores escusos, para pagar taxas de intermediação, ele então está querendo dizer que os outros negócios foram escusos e incrimina aí, inclusive o Governador José Richa que assinou os contratos, Governo do qual ele participa. Eu digo que o diabo faz o caldeirão, mas não faz a tampa. Não é verdade, Senhores Deputados, se pagar taxa é algo que não é ir nos devidos tapetes das Presidências, das Diretorias de Bancos; se isto tudo é verdade, basta o simples de pagar a taxa, ou pagar as taxas de mercado, como pagamos nós os outros negócios, como pagou o BADEP, seriam negócios escusos. E levanta-se aí, o Secretário do Planejamento, mais uma vez, na sua deslealdade ao Governador do Estado.

Quanto a liberalidade, prodigalidade ou outros sinônimo qualquer, eu os devolvo. Eu tenho currículo, tenho passado, sei da minha responsabilidade, sei dos atos, sei da minha ação neste negócio. Vou ler para Vossa Excelência a carta do dia 10.

(Lê): 'Anexamos à presente para . . . esta carta, documento nº 4. Observem Senhores Deputados que esta correspondência é dirigida ao Senhor Emílio C. Pederneiras. Ele, com mais dois outros funcionários, fizeram toda a sua contratação. Mas assumo total e irrestrita responsabilidade. Veja o que diz o documento nº 4 :- (Lê)

Anexamos à presente para apreciação de Vossas Senhorias, texto de carta que deverá ser dirigida a Midland Montagu Administração e Participação Ltda., referente ao empréstimo

acima mencionado.

No aguardo da manifestação de Vossas Senhorias . . . E esta carta, está a minuta, documento nº 4 A, minuta sem assinatura, Senhores Deputados, que acompanha a carta do dia 10. Ela não tem. O que é que compõe uma carta Senhores Deputados? Local, onde ela foi escrita, data em que ela foi inscrita, o emitente da carta, quem assina a carta a quem ela é dirigida, e o assunto. Pelo menos estas cinco coisas, uma carta tem que ter. Esta Carta, documento nº 4 A, não tem assinatura, não tem local, não tem destinatário e não tem data. E ela só tem o conteúdo; ela não preenhe os cinco requisitos de uma carta. Quem tem os mínimos conhecimentos de Direito Comercial, e de Comércio e de Negócios, sabe disso. Agora, no dia 11, sim, chega o telex, e da Lemann, credenciada pelo Midland, de acordo com o documento nº 7 B; documento nº 7 B; e passa um telex para a Secretaria das Finanças, dizendo que estas são as condições de caráter definitivo para fechamento do negócio.

Este mesmo funcionário entrou em contato com a LEMANN, disse "não, eu nunca falei em 2% tem algum engano, tem qualquer coisa. Eu vou passar um telex agora dando as condições de caráter definitivo para o fechamento do negócio.

E verificando que era a taxa de mercado menor que nós estávamos fechando aquele dia. Tinha de 9,5% de 9%, de 8%. Considerando que se não fizéssemos daríamos prejuízos enormes para o Paraná como não fechamento do balanço, do orçamento por exemplo. Nós fechamos com a maior tranquilidade. A mesma tranquilidade, sinceridade, que predomina neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao inscrito, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Secretário, eu gostaria de resposta de Vossa Excelência a respeito das seguintes perguntas a serem formuladas.

A primeira, se as altas taxas pagas por todos os Estados brasileiros, à época de contratação de empréstimo, teve a ver com as negociações que se procediam naquele instante, que estavam se desenvolvendo entre o Brasil e o FMI, devido à inadimplência de nossa dívida nacional com os credores internacionais. Que estas taxas de empréstimos tem variado. Nós vamos falar em 3, 4, 5, 6, 8, 10%.

Se nessa época os Estados brasileiros que contrataram empréstimos em moeda internacional tinham a ver com as negociações que o Brasil estava fazendo com o FMI devido à inadimplência nacional neste instante.

A segunda pergunta seria mais ou menos na mesma linha. Se as dificuldades dos Estados na renegociação de suas dívidas e o aumento das taxas de juros, inclusive, pagas em taxas de risco pelo Brasil a mais de outros Estados conforme Vossa Excelência já citou. Se isso está ligado diretamente à falta de credibilidade do Brasil com o Exterior.

Terceira pergunta, como a LEMANN iniciou as negociações deste empréstimo de 9,8 milhões de dólares e, essa diferença de 7 a 8% nos documentos apresentados, um de 7 outro posterior logo a seguir de 8%.

Se o Estado do Paraná não concordasse com a taxa de intermediação da LEMANN no fechamento desta questão a 8%. Se isso retardaria a conclusão do empréstimo do Paraná com o Midland Bank. Ou seja, se o Paraná quis regastar com a LEMANN, discutir a questão de 7%, se isso iria impedir a conclusão do negócio ou o Midland Bank iria retardar a conclusão desse negócio.

Uma quarta pergunta Senhor Secretário, foi colocada diversas vezes neste Plenário ontem, de desentendimentos de Vossa Excelência com a sua assessoria na Secretaria das Finanças. Eu perguntaria concisamente a Vossa Excelência

por não reconhecer os assessores envolvidos nestes questionamentos de Plenário.

Se estes assessores aqui se referiram tantas vezes são exatamente estes que estão junto com o Senhor em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ERASMO GARANHÃO - A primeira pergunta, se as taxas de outros Estados foram iguais, os Senhores têm documentos, vários telex de apresentação de negócios e de aprovação, os Documentos n.º 22, 22 A, B, C, D e por aí a fora.

Há também no relatório o quanto fizemos para conseguirmos melhores taxas e que outros Estados, que taxas pagaram outros Estados, penso que o Senhor encontra aí, se tem a ver com interferência do FMI no Brasil, os contatos do FMI com o Brasil, é claro, é o que tem a ver, tem tudo a ver! Porque o Brasil chegou a essa situação, o FMI faz exigências de como deve ser o comportamento da economia brasileira, os juros tem que subir para tanto, os salários têm de baixar para tanto e isso, nós estamos realmente nas mãos do FMI, sem dúvida nenhuma!

Quanto à taxa de risco, os contratos internacionais pagam uma taxa, se for nos Estados Unidos a "prime", a taxa de mercado do dia, se for na Europa é "libor" é taxa de momento de mercado em Londres, além disso paga-se o "spread" é uma taxa de juros maior, que se soma à taxa de juros.

Explicaria da seguinte forma: - vamos supor que um País vai fechar contrato em Londres, que a "libor" em Londres está, vamos dizer a 5% , mas se é para a Alemanha Ocidental, não tem "spread" é só 5% , mas se é para o Brasil, um País de risco, um país de risco, um país de situação difícil, se é para a Argentina, ou para o México, tem o "spread" de quanto, de 1875, de 2125. E o Brasil paga hoje o maior "spread" do mundo em função da situação em que se encontra, situação econômica e financeira.

E além disso tem o "flat-fee", que é uma taxa de Comissão que se cobra só no começo do negócio, além desse juro todo tem uma Comissão sobre o montante do negócio.

Essas outras taxas que eu acabei de dizer seja a "libor" para a Europa seja a "Time", para os Estados Unidos, mais o "spread", que é a taxa de risco, é o que se cobra mais em função da situação em que se encontra o tomador de dinheiro, isso é um juro que incide periodicamente, de 6 em 6 meses, de ano em ano e "flat-fee" é uma Comissão que incide uma vez só.

Quanto à taxa de 7 para 8 da Lemann que conseqüências, que conseqüências, bem nós teríamos ganho 98 mil dólares no primeiro negócio e perdido 277 nesse segundo, para sermos coerentes nós seguimos o mesmo critério e o Paraná teria tido um prejuízo líquido de 177 mil dólares.

Agora, nós iríamos criar um impasse, Senhores Deputados, porque a Lemann era agente exclusivo, retardaria os nossos negócios, o Brasil ia estourar o Aviso 30 de 83 e o Aviso 9 de 84, do Banco do Brasil.

O Brasil podia ser a causa de um transtorno, de um impasse na dívida externa brasileira, é um negócio sério, nós podíamos ter a nossa dívida toda vencida, nós teríamos como conseqüências, bem, bloqueio dos recursos federais nos fundos de participação, nós teríamos a nossa dívida toda vencida e nós iríamos contratar isso para frente e iríamos perder 5.5 bilhões de cruzeiros em função da desvalorização do cruzeiro.

Quanto aos assessores estão aqui: - Omar Teixeira Nogueira, Emílio Pedernheiras, que são os que assinaram o relatório e Davi que é outro que contratou junto às operações que não assinou o Relatório, pois se encontrava no Rio de Janeiro, e o Relatório tinha que ser entregue ao Governador, são os mesmos assessores com quem eu tenho o melhor dos convívios,

são da melhor especialidade, da maior seriedade, da melhor competência e eu me responsabilizo, em nome do Governador do Paraná por tudo que eles fizeram, porque fizeram o melhor para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - O próximo inscrito é o Senhor Deputado Tadeu França.

Solicito ao Senhor Deputado que tenha a fineza de aguardar por alguns instantes o retorno a este Plenário do Senhor Secretário das Finanças.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, provas são válidas para quem tem bom senso, educação, equilíbrio, mas não para próceres do prejulgamento, como o Deputado Airton Cordeiro, que criminosamente acaba de divulgar à imprensa, nota de acusando o Governo . . .

SOAM OS TÍMPANOS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu advirto, o Senhor Deputado Tadeu França, que se tenha exclusivamente ao objeto da convocação.

O SR. TADEU FRANÇA - As notas são evidentes, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está suspensa a sessão até que se retorne a ordem no plenário.
É suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está reaberta a sessão. A Mesa reitera a sua solicitação para o cumprimento do Regimento Interno da Casa.

Está com a palavra por dois minutos o Deputado Tadeu França.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Pela ordem, com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Solicito à Mesa para pedir ao Deputado Tadeu França que se atenha ao assunto que está sendo discutido.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Esta Mesa já comunicou ao Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Secretário antes de perguntar, quero ao mesmo tempo fazer um elogio a Vossa Excelência pelo comportamento e pela fineza com que Vossa Excelência reiterou antes com tantas provas convincentes contra as calúnias e difamações proferidas contra Vossa Excelência.

Que tipo de comportamento a comunidade financeira passou a dotar com ralação ao Paraná após a valiosa detonação do caso gerado por quem se pôs a suprir o vazio da oposição pedessista nesta Casa de Leis. (Tumulto, tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa está com a palavra. Eu determinei às notas taquigráficas que expunjam as palavras não cortesias e anti-regimentais proferidas pelo Deputado que deixou a tribuna. Com a palavra o Senhor Secretário.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Que conseqüências? Tenho

aqui. Srs. Deputados, 28 respostas, estão aqui os telex para quem quiser consultar, 28 respostas depois deste fato, todas negativas, todas negativas, de organismos internacionais para empréstimos ao Paraná para rolagem da dívida de 1984. Vinte e oito telex todos negativos, esse é o resultado da denúncia vazia, vamos dizer assim, da denúncia vazia que aconteceu no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Excelentíssimo Senhor Secretário Erasmo Garanhão, compulsando o quadro fornecido por sua assessoria, notamos que os empréstimos feitos por bancos privados internacionais, todos eles tiveram a participação de uma corretora nacional, cobrando-se mais uma taxa que variou de dois a três por cento. Eu faço uma indagação apenas. Na época daqueles empréstimos, e ainda hoje, é possível um Governo de Estado negociar diariamente com bancos privados internacionais sem a intermediação dessas corretoras denominadas locais?

O SR. ERASMO GARENHÃO — Vinte e oito bancos nós consultamos, vinte e oito disseram que não. E aqui no negócio de 9.8 quero esclarecer, se pairar alguma dúvida aos Srs. Deputados, vou ler a carta toda, 7B, prestem atenção quem acompanha. Dirigida a mim pelo "Midland" com referência à Comissão a ser paga em cruzeiro na data de deliberação por parte desse banco ao Banco Central, os recursos destinados ao contrato de empréstimo a ser firmado entre este banco e o Estado do Paraná, ao amparo da Lei 4131 no valor de 9.8 milhões de dólares, comunicamos que o equivalente a cinco por cento, mais o imposto sobre serviço sob o total deverá ser pago diretamente ao Midland Montagu Ltda., e as demais despesas de agenciamento deverão ser pagas exclusivamente à Lemann, Participação e Empreendimentos, na qualidade de agentes dessa operação". Os Srs. podem verificar também, neste mapa que todas as operações feitas pelo Paraná, é o documento número 14, ilustres Deputados, que todos eles têm uma corretora, todos eles, às vezes é uma subsidiária do banco, mas não necessariamente, às vezes é uma outra empresa, isso fica a critério do banco, a critério da negociação. E as negociações têm início, a mais das vezes com uma corretora local quando não se conhece nem qual é o banco — porque elas têm no bolso do coleto qual é o banco que vai emprestar o dinheiro. Justamente por isso, por esta situação financeira de calamidade, terrível em que se encontra o País, elas criaram estas empresas para ganhar dinheiro. É um absurdo?

É.

É uma agressão?

É.

É uma loucura?

É.

Agride o Governo do Paraná?

Agride.

Revolta o Secretário de Finanças?

Revolta.

Mas é a realidade.

Esta nossa revolta, esse nosso descontentamento em nos sentirmos agredidos não vai modificar a situação internacional de negócios. Sejamos razoáveis, pelo menos, para pensar assim.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Duas questões, Sr. Secretário.

O empréstimo externo é composto pela "prime" e pela "libor", pelo "spread" e, no caso do Brasil, já se tornou bastante claro que é o mais alto do mundo, e pelo "flat-fee".

Recentemente, surgiram no mercado brasileiro agentes e corretores estimulados, autorizados pelo Governo Federal e registrados no Banco Central.

A existência destas corretoras não pode ser traduzida numa aberta chantagem contra os Estados brasileiros? É a primeira questão.

Sr. Secretário, esta Assembléia está criando uma comissão permanente para fiscalização da administração indireta do Estado. Todos nós sabemos que, empresas como a COPEL giram dois terços do Orçamento do Estado do Paraná e à sua contabilidade ao seu Orçamento esta Assembléia não tem acesso.

Nós estamos tentando conseguir legalmente o acesso da Assembléia, e, conseqüentemente, do povo a estes tipos de Orçamento.

Sr. Secretário, não lhe parece que se os empréstimos externos fossem também submetidos à Assembléia, nós não nos depararíamos nunca com uma questão de tantas dúvidas como esta que traz o Secretário a esta Plenária na tarde de hoje?

Lembrava ao Secretário Belmiro Valverde que, neste País, um cidadão casado não pode vender um lote de terreno de sua propriedade, sem a outorga uxória, o assentimento da sua mulher. E, na nossa República, Ministros e Secretários, acompanhados de dois ou três técnicos podem decidir questões que complicam ou comprometem profundamente o erário público estadual ou federal.

Não está na hora, Sr. Secretário, dentro do processo de abertura democrática, pormos um limite à autoridade dos técnicos, e restabelecemos a fiscalização da sociedade?

O SR. ERASMO GARENHÃO — A primeira pergunta, ilustre

Deputado, onde Vossa Excelência descreve as taxas de "prime-rate", para os Estados Unidos, "libor" para a Inglaterra, "spread" para ambos e "flat-fee" para ambos, é isto mesmo e pergunta-se se isto é uma aberta chantagem contra os Estados praticada pelo Banco Central. E eu não quero crer que o Banco Central, que o Governo Federal tenha esta intenção de uma aberta chantagem.

Acho que a situação financeira brasileira encontra-se numa situação de absoluto e total descalabro, desorganizado. Isto eu acho. Já disse antes, não há casamento de orçamento fiscal com o orçamento monetário, não se fiscaliza os orçamentos das estatais, que no ano passado, o orçamento brasileiro era de onze trilhões de cruzeiros, o orçamento das estatais foi de vinte e seis trilhões de cruzeiros e houve um rombo de nove nas estatais, quase igual ao valor do orçamento fiscal da União, a emissão de moedas corre solta e uma série de equívocos da política financeira brasileira, que eu chamaria aqui de descalabro. Descalabro; quanto a uma aberta chantagem eu não diria isto, porque não acredito que nem o Banco Central nem o Governo tivessem essa intenção de fazer uma chantagem com os Estados. Um descalabro sim, mas não intencional. Um descalabro por não conduzir a política financeira brasileira, sobretudo do jeito que o povo brasileiro quer. Este é o grande erro.

Agora, concordo que as empresas estatais têm um papel importante na economia e estão fora do controle da Assembléia, assim como as empresas estatais do Governo Central estão fora do controle do Congresso Nacional. Concordo plenamente, sou inteiramente favorável à propositura do ilustre Deputado Roberto Requião neste sentido.

Eu não fui bem explícito na resposta ao ilustre Deputado Roberto Requião. Sou inteiramente favorável a que as Assembléias dos Estados, as Câmaras Municipais e o Congresso Nacional, fiscalizem os contratos — porque eu deixei meio genérico na minha resposta — que fiscalizem os contratos de empréstimos efetuados pelos respectivos poderes Executivos. Totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Senhor Secretário.

Essas perguntas podem algumas ter sido feitas, mas eu não me considero perfeitamente esclarecido.

Ontem, o Secretário fez uma denúncia concreta. Não questionou valores de comissões variáveis de empresa-empresa, banco-banco, Estado-Estado, Estado-banco. O que foi denunciado foi sobre o aumento de corretagem não da empresa do MIDLAND MONTAGU, na opinião dele, participação indispensável no processo, mas sim, aumento da corretagem da corretora Lemann que não é entendida como comissionadora local, mas sim, classificada como agenciadora.

Houve entendimento direto da Secretaria das Finanças com o Midland Montagu?

Segundo: nos documentos apresentados por Vossa Excelência, consta a Carta da Midland Montagu de 10 de outubro, assinada, acompanhada de minuta, com dados concretos, inclusive a taxa de sete por cento.

O telex de 11 de outubro é da Corretora, alterando a sua própria comissão. Pergunto: Por que Vossa Excelência não solicitou explicações imediatas à LEMANN no ato do recebimento, fazendo-as apenas em abril?

A explicação de acordo com o Secretário de Planejamento, falou da urgência, é convincente, porque diz ele que o pagamento de um por cento adicional à corretora, não aceleraria em nada a operação. A decisão de acréscimo foi tomada em outubro, diz ele, e o contrato de financiamento só foi assinado em 29 de dezembro.

Terceiro: Vossa Excelência entende que a Carta-minuta da MIDLAND-MONTAGU emitida através de carta assinada era mesmo modelo vago? É normal num modelo vago constar dados exatos e detalhes como valor do empréstimo 9,8 milhões de dólares — dado correto; valor da comissão local da MIDLAND-MONTAGU: cinco por cento — dado correto.

Valor da comissão da LEMANN — dois por cento: dado incorreto.

Quarta pergunta: da resposta a vossa consulta pela Lemann, entendi que a taxa foi definida pela própria Lemann, essa comissão foi definida pela negociação direta entre a Secretaria das Finanças e a Lemann? A não aceitação por parte da Secretaria das Finanças, do aumento de um por cento, teria condições de inviabilizar uma transação já acertada com o financiador, o Banco Midland e a sua corretora oficial a Midland Montagu?

O SR. ERASMO GARANHÃO — Numa frase eu elucido a dúvida do ilustre Deputado Paulo Furiatti. A Midland Bank PLC S. Montagu, é o Banco ilustre Deputado, é o Banco.

A Midland Montagu é o Banco. Ela é o Banco. Veja que ela ficou com a taxa de cinco por cento e a Lemann... Olha, para ter uma idéia, Sr. Deputado, olha aqui quantos itens tem numa operação de contato internacional — 29, a primeira delas, ilustre Deputado, está aqui ó, se o Sr. quiser compulsar depois, no dia 06 de setembro de 83 — telex da Lemann Ltda., confirmando possibilidade de emprestar dez milhões de dólares.

Então, vendo aqui o primeiro contato que foi esse, vendo a carta. Peço que o Sr. veja a carta — 7B — onde a Midland Montagu diz que, o único e exclusivo agente no Brasil é a Lemann. E o telex da Lemann.

Naturalmente quando chegou esta carta, se chegou no mesmo dia, foi telefonado para a Lemann e a Lemann disse: "Não, houve um engano, eu nunca disse dois por cento". Se o Sr. quiser detalhes disso, o Sr. leia a carta da Lemann, documento número dez, aí o Sr. tem detalhe da operação. Porque nós tínhamos encaminhado uma outra operação do Banco do Estado do Paraná e aí a taxa seria de sete por cento e esta operação não se concretizou. Não se concretizou. Então, o Midland

Montagu é o banco, comissão de cinco por cento e a taxa de três por cento era a taxa da Lemann, que num telex do dia 11 colocou as suas condições de negócio em caráter definitivo.

Urgência, urgência tem razão. Eu nunca disse que esse negócio foi fechado por oito por cento, porque tinha urgência. Não é isto. Se fosse um negócio que não tivesse convencido de que estava certo, nas taxas de mercado, se eu não tivesse fechando outros três contratos a 8 ou 9 e 9 e meio, não é a pressa, não é a pressa que justifica isso.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, tem duas perguntas. A questão do seu entendimento sobre o modelo vago e a não aceitação. Eu encaminhei à Mesa.

Sobre a questão do modelo vago. Há um entendimento, inclusive, na carta da Lemann, de que esta correspondência da Lemann à Secretaria das Finanças fala num modelo vago. E a outra é se a não aceitação impediria o financiador já acertado entre a Secretaria das Finanças, o financiador e a sua agência no Brasil. E terceiro: se houve um entendimento direto da Secretaria das Finanças e a Montagu — a Corretora.

O SR. ERASMO GARANHÃO — Mas a Montagu Corretora é o Banco.

Se o primeiro contato foi com a Lemann, como provei aqui no dia 06 de setembro, se o primeiro contato foi com a Lemann quem estava conduzindo o negócio era a Lemann. Esta carta quando o Sr. fala em minuta, eu já disse, ela não tem quatro das cinco condições fundamentais para que uma carta seja caracterizada como carta. Das cinco, quatro ela não tem. Ela não tem data, não tem assinatura, não tem destinatário, não tem quem assina. Então, só poder ser uma minuta. E quando a Lemann foi perguntada por telefone, ela disse: "Não, eu nunca disse dois por cento".

Em nenhum lugar, em nenhum documento existe que a Lemann tenha dito dois por cento. Ora, se a Montagu é o Banco, cobra cinco por cento, se ela disse que a corretora credenciada é a Lemann, se a Lemann foi a empresa que fez o primeiro contato com a Secretaria de Finanças, não me sobra dúvida, absolutamente. E quando a Lemann diz que para fechar o negócio no dia 11 em caráter definitivo, é oito por cento.

Se a Lemann tivesse dito que era nove e meio, dez por cento, tudo bem. Mas das taxas que nós estávamos fechando, a menor era a dela.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, eu não considero as minhas perguntas feitas, respondidas na totalidade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu consulto ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, se o Sr. Secretário deixou de responder alguma das perguntas formuladas.

O SR. PAULO FURIATTI — Exatamente. Se a não aceitação impediria o financiamento já contratado ou pelo menos acertado entre a financiadora e a sua corretora em São Paulo e sobre a questão do modelo vago. É só um entendimento: se o Secretário entende que é um modelo vago, tudo bem.

O SR. ERASMO GARANHÃO — Claro, claro, sim...

O SR. PAULO FURIATTI — É porque não houve... (só deixa eu concluir, Senhor Secretário, porque fica mais fácil), é porque não houve uma carta imediatamente após o recebimento do telex questionando o três por cento e só em abril.

O SR. ERASMO GARANHÃO — Porque a Lemann nunca falou em dois por cento. Como depois se levantou essa dúvida que veio através das denúncias, ilustre Deputado, aí nós

fizemos uma carta à Lemann pedindo explicações para verificar se realmente tinha havido isso. Ela nunca disse 2%. Que consequências teria se não tivesse fechado? Nós não fecharíamos o negócio porque o Banco tinha dito: minha corretora é a Lemann. É claro que o negócio não se fecharia, absolutamente não seria fechado por todas essas razões, porque ele disse na carta que era agente exclusivo, que a Lemann fez o contato. A Lemann disse: eu nunca disse 2%. Quem foi que falou que eu fiz 2%? Não tem nada, nada. Então, não sobrou dúvida, naturalmente foi feito um telefonema, e eles responderam com telex no dia onze. Agora, quando depois foi feita a denúncia, aí sim, vamos esclarecer isso, e aí ela explicou: é um modelo, é uma minuta, é uma minuta. Há uma rápida diferença, uma ligeira diferença, entre minuta e modelo. Modelo quando o Senhor tem algo para preencher com espaços vagos: minuta quando ela vem com os possíveis dados todos preenchidos, mas que não correspondem necessariamente à realidade. É o caso desta carta que acompanha o documento n.º 4, ilustre Deputado Paulo Furiatti, é uma carta. Por que?

Porque ela tem data, ela tem assinatura, ela tem destinatário - Emílio Pederneiras - que fazia a contratação, tem destinatário, tem local, tem data, tem assinatura e tem conteúdo; e a outra é uma minuta, porque ela só tem conteúdo, não tem data, não tem assinatura, não tem destinatário, não tem nada, nem local.

Já esta taxa que está aqui de 7%, essa taxa poderia ser vinte e oito, quinze, dezenove, um e meio, doze, treze...

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Secretário, não querendo insistir, faltou só mais uma pergunta, que é a questão fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu solicito ao Senhor Deputado Paulo Furiatti para que esclareça à Mesa, definitivamente, se das perguntas formuladas por Vossa Excelência no tempo regimental, deixou de ser respondido pelo Senhor Secretário.

O SR. PAULO FURIATTI - Uma delas, que é se houve o entendimento da Secretaria das Finanças com a Lemann sobre a taxa concreta?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Claro, a hora que chegarem os documentos, disseram: olha aqui, tem esse negócio. Daí, telefonamos para a Lemann: escuta, como é que é? Eu nunca disse 2%, eu sou um agente exclusivo do negócio, eu tenho documentos disso; eu comecei a negociação no dia seis de setembro (que brincadeira é essa?), e prova disso, ilustre Deputado, é o telex imediato dela em condições de fechamento de negócio, definitivas, e depois vem para recomprovar isso a carta do Midland dizendo que o agente exclusivo é a Lemann.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo inscrito Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Secretário, Vossa Excelência, quando da organização do Governo Richa, repetindo expressão de efeito utilizada em campanha eleitoral, dizia que dólar nem de graça, em uma insinuante crítica ao endividamento externo do País comandado pelo Governo Federal. Posteriormente, em depoimento prestado nesta Assembleia, mas precisamente na CPI da Falência Municipalista, Vossa Excelência causava espanto aos Deputados presentes ao modificar a sua posição original a propósito de endividamento externo do dólar, afirmando que, a partir daquele momento, a recomendação que fazia o Governador era no sentido de captar dólares a qualquer taxa. Justificou Vossa Excelência

essa afirmação dizendo-se convencido que o Brasil jamais pagaria a dívida externa e, assim sendo, o Paraná, através do seu Governo Estadual, circunstancialmente, não teria de se preocupar com o pagamento desses empréstimos, Vossa Excelência aí então arrependeu-se no sentido bíblico da expressão, que significa uma completa mudança na forma de pensar, ou seja, dar uma volta e seguir na direção oposta. A partir daí Vossa Excelência é citado como a comandar o início do maior programa de endividamento externo que se tem notícia da administração pública paranaense, projetando em apenas um ano do atual Governo, volume de compromissos financeiros em dólares entre operações contratadas e em andamento, praticamente dobrando a dívida externa histórica do Paraná.

Ontem, ao analisar as irregularidades apontadas em operações financeiras em moeda estrangeira, pelo professor Belmiro, ao comentar a respeito e ao destacar o prejuízo em que o Paraná se viu envolvido em razão do pagamento de taxas de intermediação indevidas, aduzindo que para a mesma não foi ele, professor Belmiro e nem o Procurador Geral do Estado, Mauro Maranhão consultados a respeito.

Isto posto eu gostaria de lhe formular duas perguntas:

1.º - Esse posicionamento de Vossa Excelência não contribui para prejudicar a imagem do Paraná em transações financeiras com moeda estrangeira, uma vez que durante 20 anos não necessitou de qualquer forma de intermediação?

2.º - Essa atitude insólita não contribui também, ainda mais, para caracterizar ampliação das taxas de risco aos investidores do Paraná, implicando, por exemplo, no aumento das taxas e aumento nas taxas de juro, e conveniência de dupla intermediação?

O SR. ERASMO GARANHÃO - É verdade o que Vossa Excelência acaba de afirmar. Eu disse várias vezes, dólar nem de graça. Eu queria dizer o seguinte, que nem que dólar não custasse nada não seria interessante emprestar, porque a desvalorização do cruzeiro que ocorre praticamente na base do Jornal Nacional, quase todos os dias ou duas ou três vezes por semana, leva a dívida do Estado a um ponto que nós não poderemos suportar. Vossa Excelência tem inteira razão e eu confirmo estas minhas declarações.

Agora, eu quero dizer a Vossa Excelência que o Governador do Estado não está endividando o Estado. Neste ano nós teríamos uma dívida a pagar de 52.2 milhões de dólares. Todos os Estados estão rolando as dívidas e nós rolamos 44.8, no Governo Richa. Quer dizer que nós pagamos dívida contraída pelos governos anteriores, de 7.4 milhões de dólares.

Quando Vossa Excelência na segunda, quer me pegar pensando que eu não tivesse dito isto, é verdade. Eu disse isto aqui na presença de Vossa Excelência, e Vossa Excelência não teve o menor deslize da verdade, afirmando textualmente o que eu disse. Vossa Excelência tem boa memória.

Eu tinha uma profunda preocupação no início, com a contratação de empréstimos em dólar. Mas, passados alguns meses, o Deputado poderia me auxiliar para rememorar qual o dia que vim na Assembleia. Eu fiz essa declaração antes de assumir a Secretaria de Finanças, e a segunda eu teria feito já como Secretário, dois ou três meses de Governo, e eu teria dito que a situação do País caminhava para um estado tal, que seria, quem sabe, interessante contratar dólares porque ninguém ia pagar mais nada.

E eu ainda acho que a única saída para o País é a moratória. Não se pense que nós vamos produzir para o nosso povo comer, mas para pagar a nossa dívida. Esta não é a solução para o Brasil. Esta é a anti-solução.

Acredito mesmo que nós não tenhamos uma saída para a crise brasileira que tenha como um dos seus itens o pagamento da dívida externa.

Agora, acontece, quais seriam as consequências? Se a

responsabilidade ficasse no Governo Federal, que é quem dá a fiança, o aval a estas operações 4131, tudo bem. Mas acontece que a União pode bloquear a transferência de recursos que o Estado tem direito para o Estado. Então o que aconteceira, Deputado? Nós contrataríamos empréstimo em dólar, o cruzeiro desvaloriza brutalmente, e nós estamos enganados, a economia brasileira está enganada porque não tem máxidesvalorização, mas as mínidesvalorizações no tempo constituem-se ao longo do tempo numa máxidesvalorização do cruzeiro, e a União não assume, transfere os ônus para o Estado e aí fica difícil, porque nós pensávamos que o Estado, que a União tivesse que honrar o compromisso, porque é ela a responsável pela situação de descalabro em que se encontra a dívida externa brasileira.

Depois Vossa Excelência me pergunta: quanto ao aumento da dívida, esclarecer bem a Vossa Excelência, Vossa Excelência se pegar os dados estáticos tem razão, que quando o governo Richa assumiu o Estado, tinha uma dívida "x" e hoje ela tem dois, três "x", mas não é porque o Governo do PMDB fez contratação de empréstimos, ilustre Deputado, é porque houve a mínidesvalorização do cruzeiro, nós devemos em dólar, mas todo mundo sabe que num empréstimo externo, nós pagamos em cruzeiros ao Banco Central, mas o Banco Central só pode pagar em dólar, então se eu devo 10 milhões de dólares hoje, quanto seria a minha dívida em dezembro. Hoje a quanto está o dólar oficial, então é a desgraça da 63, o empréstimo brasileiro que de manhã tinha uma dívida de 100 milhões de cruzeiros e a noite depois do Jornal Nacional, em função do descalabro da política financeira do governo, tem uma dívida de 130 milhões de cruzeiros, sem mudar nada, nós temos o caso da Volvo que é uma empresa estrangeira, que tem o seu balanço em dólares patrimônio líquido positivo e em cruzeiros patrimônio líquido negativo, é o fim do mundo mas é a verdade.

Então o que houve foi um aumento da dívida em função da desvalorização.

Depois Vossa Excelência pergunta. Eu acho que não respondi todas, não é?

O SR. ODENI MONGRUEL - Não, Vossa Excelência discorreu sobre o enunciado da pergunta.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Peço desculpas ao ilustre Deputado.

O SR. ODENI MONGRUEL - A primeira delas é, se esse posicionamento de Vossa Excelência não contribui para prejudicar a imagem do Paraná nas transações financeiras com moeda estrangeira uma vez que durante 20 anos, não necessitou de qualquer forma de intermediação, segue-se a seguir a segunda pergunta.

A segunda pergunta é que essa atitude insólita, não contribui também ainda mais para caracterizar a ampliação das taxas de risco aos investidores do Paraná, implicando por exemplo no aumento das taxas de "spread" e aumentando as taxas de juros e a conveniência de dupla intermediação.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Não e não.

O SR. ODENI MONGRUEL - Muito obrigado.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Mas vou fazer algum comentário a Vossa Excelência para não parecer que não e não fosse uma falta de consideração a Vossa Excelência que me brinda e me honra com a sua inquietação e com a sua pergunta.

Absolutamente não absolutamente não, eu não trouxe nenhum prejuízo ao Paraná, agora esta denúncia deste fato, eu

não tenho dúvida que vai trazer, e eu já provei aqui que 28 bancos responderam negativamente, esta sim.

Quanto à insólita, eu não aceito o nome de insólita, porque eu acho que não foi uma atitude insólita e acho que isso não prejudicou também absolutamente, não trouxe nenhum prejuízo ao Paraná.

O SR. ODENI MONGRUEL - Eu justifico a Vossa Excelência, foi recolhida no testemunho do Professor Belmiro na tarde de ontem.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Esta pecha de insólita... Então peço vênica a Vossa Excelência para também devolver, não a Vossa Excelência.

O SR. ODENI MONGRUEL - Não por meu intermédio, não é Secretário?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Devolvo "não" a Vossa Excelência.

O SR. ODENI MONGRUEL - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Secretário, na exposição de Vossa Excelência e na troca de correspondência verificada entre a Secretaria de Finanças, o Midland Bank e o Midland Montagu, e mais a Corretora Lemann, eu acho que ficou mais ou menos clareada esta controvertida questão de intermediação desses contratos de moedas estrangeiras. Embora a discrepância de datas tão bem posicionada aqui por outros Deputados, discrepância de datas, realmente é um pouco intrigante.

Entretanto, eu não vou me ater a esse particular, porque eu tenho profundo respeito pela honra alheia, eu acho que um homem não pode ser acusado publicamente de desonesto, senão com provas contundentes e irrefutáveis. E essas provas podem parecer, até estranhas às minhas declarações, mas eu não estou nesta Casa para agradar ninguém, muito menos para fazer oposição gratuita. Estas provas a, meu ver, não foram apresentadas nesta Casa, na tarde de hoje.

De maneira que, não é sobre isso que quero falar. Eu quero apenas discordar de algumas posições de Vossa Excelência, principalmente quando diz que encontrou um "déficit" de 70 bilhões de cruzeiros, entre a receita prevista no orçamento de 82 e a despesa efetivamente realizada. Vossa Excelência sabe que própria Lei de Meios, autoriza. E Vossa Excelência ainda fez alusão que para obter esse dinheiro, Vossa Excelência fez uma verdadeira via-sacra nos ministérios da área econômica do Governo Federal. Então quero dizer a Vossa Excelência que este mês, uma via-sacra foi percorrida infrutiferamente pelo nosso Governo, pelo eminente e honrado Governador Hosken de Novaes. E nós encontramos também as portas fechadas. De maneira que Vossa Excelência não trouxe nenhuma novidade nessas afirmações. E Vossa Excelência ainda diz, Vossa Excelência enfatizou muitas vezes que nesses 20 anos, mudaram muito as coisas no Paraná; que o Governo José Richa conseguiu que se cobrasse ICM, sobre o café, comercializado no Bolsa de São Paulo. É uma atitude paranaista realmente louvável; mas também Vossa Excelência deverá lembrar que foi neste Governo que se taxou o leite; se encareceu o leite para a mesa do enfermo, da criança e do pobre.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu solicito do Senhor Deputado...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu retiro, Senhor Presidente. Está retirado. Eu já retirei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - . . . que se encontra na tribuna, que conclua a formulação de suas perguntas e se atenha ao objeto de colocação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - A pergunta que eu quero fazer, eu retiro tudo que disse, para apenas me fixar numa pergunta: por que Senhor Secretário, eu estou sabendo, que a resposta ao meu pedido de informação . . .

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

Eu pergunto à Mesa se o Deputado está falando no Horário da Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Porque eu fui interrompido, Senhor Presidente. Vou fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa está com a palavra e vai esclarecer a Vossa Excelência. O tempo destinado a Vossa Excelência é de 3 minutos; a Mesa deixou decorrer 4 minutos e 20 segundos, exatamente descontado a interrupção do ilustre Deputado. Portanto, está esgotado o tempo de Vossa Excelência e eu não posso, sob pena de não cumprir o determinado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu aceito, Senhor Presidente. Mas os contratos que eu recebi, Senhor Secretário Erasmo Garanhão, não contém assinatura do Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Antes porém, me solicita o Senhor Secretário para esclarecer, se tiver o que esclarecer, das formulações feitas pelo Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Formula a questão do plenário, sem usar do microfone.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu peço vênias à Assembléia e aos Senhores Deputados, para tecer alguns comentários ao que acaba de dizer o ilustre Deputado Erondy Silvério. Eu agradeço e acho que tem inteira razão quando diz que a honra alheia é um negócio muito sério e que não pode ser atingida sem provas contundentes e irrefutáveis.

Quanto a 70 bilhões de cruzeiros ilustre Deputado, eu disse que foi diferença entre o orçado e o que o Governo Richa gastou realmente com pessoal. No orçamento constava 178 bilhões de cruzeiros, acabamos gastando 228 bilhões de cruzeiros. Uma diferença de 70 bilhões.

Quanto as afirmações relativas ao ilustríssimo Senhor ex-Governador Hosken de Novaes, quero dizer que concordo com Vossa Excelência quando se refere àquela pessoa, íntegra e honesta e faço até com certo sentimento, porque o Dr. Hosken de Novaes foi meu professor na Faculdade de Direito de Londrina.

Quanto à tributação do leite, penso que o Deputado cometeu em leve equívoco, porque o CONFAS autorizou os Estados que quisessem cobrar ICM do leite . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa solicita do Senhor Secretário e o relembra que a questão da tributação

do leite não é objeto desta convocação

O SR. ERASMO GARANHÃO - Mas, o tipo C não é tributado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa insiste na recomendação.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Por duas tardes consecutivas esta Casa do povo pode, com galerias lotadas, apreciar Senhor Secretário das Finanças do Paraná, um momentoso caso do escândalo do dólar.

Disseram vários oradores e afirma o Senhor Secretário Belmiro Castor, de ontem, e o Secretário Garanhão de hoje, que realmente, o Paraná oferecia condições de credibilidade que angariou nos últimos 20 anos, propiciando condições de operações deste nível.

E também foi dito, repetitivamente, na tribuna e por Vossa Excelência que jamais o Governo do Paraná pagou taxas de intermediações em negócio nenhum de dinheiros internacionais.

A primeira pergunta. Vê Vossa Excelência, o Paraná, depois destas manchetes, destes escândalos e, a mim particularmente, e ao povo do Paraná entristece, porque não quero ver o vencedor desta batalha; dois Secretários do mesmo governo se degladiam, se desnudam diante do povo. Esta é a verdade . . .

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - O artigo 92 diz claro que os Senhores Secretários serão convocados para prestarem esclarecimentos na Assembléia Legislativa por assuntos previamente estabelecidos.

Eu gostaria, com o devido respeito ao orador da tribuna, que se mantivesse aos assuntos inerentes à convocação do Senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa entende que o ilustre Deputado que se encontra na tribuna formula sua pergunta relativa ao assunto objeto de sua convocação. Com a palavra o Senhor Deputado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Muito obrigado, Senhor Presidente e cumprimento ao seu entendimento.

Mas, Senhor Secretário, eu pergunto a Vossa Excelência resumidamente, qual o crédito do nosso Paraná, caríssimos Senhores Parlamentares dos dois partidos e ao povo que aqui assiste, qual o crédito do Paraná depois da lama que é jogada a este Governo nesta Casa de leis?

Segundo, Vossa Excelência tem conhecimentos, a COPEL fez operações de crédito na mesma época que Vossa Excelência negociava a 6,7 a 6,8%; a COPEL fazia o mesmo tipo de transação a 1/2%. Então Vossa Excelência deu uma explicação que eu não aceitei, que o Brasil faliu em 82, mas meus caríssimos companheiros, o Brasil faliu só no Paraná e faliu somente na Secretaria das Finanças, porque não faliu na COPEL. então não se justifica. Quero a sua explicação porque a COPEL conseguiu negócios a 6,8% e Vossa Excelência só a 8%.

Mas, Senhor Secretário, nós vamos adiante, eu levantaria a suspeição e peço a compreensão de Vossa Excelência porque os bem intencionados do PMDB, porque há os que querem saber o que eu vou falar.

Suspeitas levantadas pela imprensa e pelo Secretário, colega seu de lucros auferidos por Vossa Excelência em negociatas paralelas que envolvem estas firmas intermediadoras.

Muito bem, o Deputado Gilberto Carvalho . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao ilustre orador que seu tempo está vencido.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Eu peço apenas 5 segundos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Eu vejo pelo relógio que o Senhor Deputado Quielse Crisóstomo ocupou a tribuna por dois minutos e dezesseis segundos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa vai esclarecer a Vossa Excelência, tenho mantido aqui um controle rígido sobre o tempo, porque assim o Regimento Interno determina, e fiz o controle de tempo quando ele foi interrompido através da Questão de Ordem do ilustre Deputado da Situação e reservei os dois minutos somados a um que ele já tinha gasto, portanto está vencido o tempo de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência descon- tou o tempo gasto na Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Exatamente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Eu perguntaria se não poderia usar o tempo da Liderança para concluir?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu faço um apelo ao Senhor Presidente que dê o tempo para o Deputado Quielse concluir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa lamenta não poder atender porque estaria, dessa maneira, discriminando e desrespeitando o Regimento.

Concedo a palavra ao orador inscrito, após a interferência do Senhor Secretário.

O SR. ERASMO GARANHÃO - A 1.^a pergunta é se o Paraná vai ter um tratamento diferente, daqui para frente, em função desse acontecimento, isso já respondi em outras perguntas, mostrei 28 telex, não tenho dúvida disso.

Quanto a expressão "quebrou", eu queria me referir a que o Banco do Brasil não honrou os seus compromissos, eu não disse falência, eu disse "quebrou", e mantenho.

Quanto às suspeitas de negociatas paralelas, eu repilo veementemente!

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO (Pela Ordem) - Aproveitando a oportunidade em pelo menos um dos documentos, para responder a Vossa Excelência, o impresso do Banco do Brasil, a correspondência do Banco do Brasil, que eu gostaria de ter lido e não tive tempo, está redigida num papel do Gabinete do Governador do Paraná!

A correspondência do Banco do Brasil está num impresso...

O Sr. Deputado Airton Cordeiro - ... do gabinete do Governador, o que é inexplicável, Senhor Presidente.

O Sr. Caíto Quintana - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Deputado Caíto Quintana - Senhor Presidente, a alegação da Bancada do PDS merece ...
(Tumulto no Plenário)

Está com a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Deputado Caíto Quintana - Além de pedir a Vossa Excelência que de conformidade com o Regimento, não se permita reperguntas de Deputados que têm em plenário, nós gostaríamos de ouvir a explicação do Secretário das Finanças, porque parece-me que os Deputados que estão questionando, não conhecem sequer a era moderna do xerox onde foi tirada esta fotocópia, que está incluída neste papel.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa está com a palavra. Eu solicito ao Senhor Secretário que esclareça as dúvidas levantadas pelo Plenário.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Senhores Deputados, esta cópia que os Senhores Deputados da Oposição exibem é um xerox, e o papel usado para o xerox não foi um papel totalmente em branco, pois ele tem o timbre do Paraná em cima. Mas, eu tenho aqui o original.

O Sr. Deputado Airton Cordeiro É montagem, Senhor Secretário?

O SR. ERASMO GARANHÃO - O xerox aqui mostra o timbre do gabinete do Governador.

O Sr. Deputado Nestor Baptista - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - O Deputado Airton Cordeiro tem muita prática em montagem, por isto está levantando a questão de montagem de um documento sério, que ele não é, infelizmente não é. Tem prática em montagem, Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa responde a questão de ordem levantada por Vossa Excelência. Não a acata por falta de amparo regimental. Solicito ao Senhor Secretário se já concluiu a resposta.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Os Senhores Deputados do PDS estão examinando o documento, estão verificando que o original é um documento com o timbre do Banco do Brasil.

O Sr. Airton Cordeiro - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Senhor Presidente, além de repudiar as insinuações maldosas feitas ...
(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa foi clara, no início da sessão e solicita a colaboração e o entendimento dos Senhores Deputados. Não acatarei Questões de Ordem que não estejam estritamente dentro do Regimento Interno. Solicito a Vossa Excelência que enumere desde já, desde logo, o artigo do regimento que está sendo infringido.

O Sr. Airton Cordeiro - Art. 92.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa não aceita o artigo 92 como votação, porque não se trata do assunto. Vossa Excelência ao levantar a Questão de Ordem, está infringindo o artigo 92.

A Mesa está com a palavra. Já decidiu a questão de ordem e, concede a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Ivan Gubert.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu solicito, pela ordem, porque me sinto satisfeito com relação às perguntas que formulei. Acho que o tumulto fez com que o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não cabe a responsabilidade à Mesa, porque Vossa Excelência gastou o tempo que lhe foi destinado e não formulou a pergunta.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Eu quero a resposta do Senhor Secretário às minhas perguntas, às minhas indagações. Eu não tive oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A oportunidade de Vossa Excelência passou. Está com a palavra o Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra, o Senhor Deputado Ivan Gubert.

Com a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, cabe ao Secretário convocado responder ou não perguntas, quanto mais na colocação...

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa já definiu esse aspecto em Questão de Ordem. Está com a palavra o Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Secretário, o Senhor Gastão Fraguas, homem que se apresentou inúmeras ocasiões com a proposta da Lemann, e participou das negociações do empréstimo de 9,8 milhões de dólares ao Estado junto ao Midland Bank.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Perdão, perdão, quem?

O SR. IVAN GUBERT - Gastão Fraguas. Junto ao Midland Bank; apresentou-se inclusive, no Banco Central como credenciado a tratar das operações de crédito do Estado do Paraná e ele é irmão do Senhor João Fraguas, gerente regional do Banco Mercantil de Descontos. Pois bem, Senhor Secretário, é verdade que o empréstimo de 35 milhões de cruzeiros feitos pelo Senhor Omar Badauai, com o aval de Vossa Excelência junto ao Banco Mercantil do Brasil, foi em data de 3 de maio de 1983? Também é verdade que o empréstimo junto ao mesmo Banco no valor de dois milhões de cruzeiros em seu favor foi em data de 24 de março de 1983? Mas a grande verdade, Senhor Secretário, está também no fato de que o Senhor Omar Badauai teve seu empréstimo renovado pelos mesmos 35 milhões de cruzeiros em 31 de outubro de 1983, e que o seu empréstimo foi renovado pelos mesmos dois milhões de cruzeiros em 21 de dezembro de 1983? Vossa Excelência não mencionou em seu relatório o episódio das renovações? Por que, Senhor Secretário? Pois as datas são coincidentes às relações com a Lemann no valor de 9,8 milhões de dólares.

O Senhor tem conhecimento, Senhor Secretário, que existe uma carta especificando a reciprocidade no caso das renovações, que está vazado em papel timbrado do Banco Mercantil de Descontos, onde há uma alusão que diz o seguinte: "O Secretário da Fazenda do Paraná tem ajudado muito o Banco." Pergunto, Senhor Secretário, se nesta ajuda

estariam também incluídos os depósitos de imposto de renda no valor de 243.559 milhões de cruzeiros, e de INPS, no valor de 45 milhões 263 mil cruzeiros, totalizando 288 milhões 822 mil cruzeiros feitos em 9 de setembro de 83 no Banco Mercantil do Brasil, referentes aos recolhimentos do BRDE, FUNDEPAR e Loteria Estadual?

Segunda pergunta, Senhor Secretário. Qual a razão do Senhor, só em 25 de 04 de 1984, conforme seu documento n.º 9 ter resolvido perguntar à Lemann sobre as razões do aumento de 1% na taxa de agenciamento? Quando a operação foi contratada em 29 de 12 de 1983.

O Senhor não acha que a constatação do aumento de 98 mil dólares só quatro meses após demonstrou um descaso da Secretaria das Finanças para com o dinheiro do povo. O Senhor questionou o percentual só depois de ter fechado o negócio, Senhor Secretário? Como Senhor explica a razão do Governo do Estado, através de sua pessoa, ter colocado de acordo para a operação de 7,5 milhões de dólares em 24 de 01 de 1984, conforme o documento n.º 11?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Pergunta n.º 1. Relação de

Gastão Fraguas com a Lemann, não tenho conhecimento; cabe a Vossa Excelência provar. Quanto ao aval do empréstimo, ratifico e reinformo pela enésima vez; o primeiro contato da Lemann para contratação desse empréstimo foi no dia 06 de setembro. Estão aí os documentos. O primeiro contato de uma outra operação que não está aqui, mas eu não quero faltar nenhum milímetro da verdade, daí uma outra operação que não se concretizou; foi no dia 30 de junho, e o empréstimo que avalizei foi feito no dia 03 de maio. Quanto aos documentos internos do Banco, não tenho conhecimento porque são documentos sigilosos e não tenho conhecimento, Vossa Excelência tem e eu não tenho.

Quanto a Lemann, que tinha cobrado essa taxa, documento n.º 9. Eu consultei a Lemann no dia...

O SR. IVAN GUBERT - Secretário, não é consulta. Porque o Senhor contestou aumento de taxas de um por cento.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Deixe-me responder por gentileza. Eu no dia 11 de outubro, nós contestamos por telefone, eles disseram que era em caráter definitivo, as taxas eram de mercado, estavam fechando outras maiores, fechamos. Isso aqui foi em função da denúncia, jamais faria isso. Não tinha dúvida alguma, absolutamente. Estou absolutamente seguro.

O SR. IVAN GUBERT - Quer dizer que esse documento é meramente formal?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Todo documento é formal.

O SR. IVAN GUBERT - Não tem valor algum para efeito de fechamento de operação?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Esse documento não tem nada a ver; a operação já estava fechada. Quanto ao "de acordo", última pergunta de Vossa Excelência, no dia 24/01/84, era um "de acordo" para iniciação das negociações, ilustre Deputado. A Lemann faz uma proposta. "De acordo". Depois pode mudar o valor, a taxa, conforme está provado que mudaram outros negócios.

O SR. IVAN GUBERT - Mas o Senhor botou "de acordo" antes de saber se...

O SR. ERASMO GARANHÃO - De acordo para que se iniciasse as negociações. Eu não estava fechando o negócio. Eu estava dando o meu "de acordo" para início das negociações.

O SR. IVAN GUBERT - Com taxas fixadas?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Antes de conceder a palavra, pela ordem ao Deputado Caíto Quintana, a Mesa avoca a si para que o Planário seja devidamente esclarecido sobre a questão e faço esta solicitação ao Senhor Secretário, para que elucide o Plenário. A Mesa está com a palavra. Com respeito ao documento assinado pelo Senhor Oswaldo Roberto Colín com o timbre "Estado do Paraná". Gabinete do Governador. Solicito a Vossa Excelência que esclareça ao Plenário este aspecto.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Quero dizer para que não pare dúvidas. É que tem a Carta do BANCO DO BRASIL e o timbre desta é em alto relevo, ele não aparece em xerox. E ele neste documento aparece na frente, esta folha, em alto relevo, e no fundo tem um outro documento que é minúsculo de umas tantas cartas que fizemos, modelo para encaminhamento ao Palácio, para o Governador fazer e que tem tamanho maior. Então, na hora de xerocar o que saiu? Saiu a carta do Banco. Teve razão de causar espécie ao ilustre Deputado Quêlse Crisóstomo, porque o do BANCO DO BRASIL é em alto relevo, não aparece no xerox e o papel que foi utilizado para xerox é do Governo do Estado; é maior, e no xerox apareceu. A televisão pode ver e filmar. Deveríamos ter pego um papel sem nenhum timbre.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) - Artigo 86, § 2º. Apenas para esclarecer, Senhor Presidente, comunicando à Casa que a documentação que foi entregue aos Senhores Deputados pelo Senhor Secretário é a documentação que está ao nosso alcance. Se houve problema ao se fazer o xerox do documento, o problema não é nosso. O documento que nos foi entregue nos foi apresentado com o timbre do Gabinete do Governador. Não há montagem alguma que possa desmentir, nem um truque de palavras do Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - O Deputado Airton Cordeiro está sendo desmascarado nesta sessão. Meu nome foi mencionado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa com a palavra. Vai responder à questão de ordem levantada pelo Deputado Airton Cordeiro. Se Vossa Excelência tinha razão ao suscitar a dúvida, a Mesa incorporou a preocupação de Vossa Excelência e solicitou ao Senhor Secretário que esclarecesse e o mesmo o fez.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Senhor Secretário ainda não respondeu a minha primeira pergunta. Então, eu gostaria que ele respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu solicito do Senhor Secretário das Finanças, que informe à Mesa se respondeu ou não a primeira pergunta formulada pelo ilustre Deputado Ivan Gubert.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Eu respondi, sim.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Secretário, eu não fui respondido se os recolhimentos do INPS e Imposto de Renda foram feitos no Banco Mercantil de Descontos, pelo Senhor

Secretário. Foi a pergunta que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu solicito a Vossa Excelência que esclareça.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Tem razão, essa pergunta não havia sido respondida. Peço desculpas ao Deputado.

Eu disse aqui ilustre Deputado, que mandei uma carta minha a todos os Secretários - documento - pedindo que... Vou ler a carta. Uma carta minha endereçada a todos os Secretários, no dia 6 de setembro de 1983.

"O movimento de fundos da Administração Direta à Indireta do Estado, bem como das Sociedades de Economia Mista, regulamentado pelos Decretos nºs 112, de 23/03/71 e 5442, de 17/09/82, estabelecem esses diplomas legais, que a movimentação de fundos deve ser feita obrigatória e exclusivamente através do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, ressalvados os casos excepcionais em que é admissível, mediante proposta da Secretaria das Finanças e expressa autorização do Governador do Estado, a abertura de conta e movimento em outra entidade bancária."

Estou lendo uma carta minha, do dia 6 de setembro de 1983, dirigida a todos os Senhores Secretários de Estado.

"Face ao exposto, solicito a Vossa Excelência as necessárias providências para que os órgãos vinculados a essa Secretaria dêem estrito atendimento ao que determinam os citados decretos."

Depois disso eu recebi de uma única empresa estatal, um pedido para depositar em Banco particular e eu indeferi o encaminhamento para o Governador. Eu indeferi o encaminhamento para o Governador. Se quiserem e derem-me um prazo, ou quiserem na Secretaria, podem ver isso.

Eu não sei da autorização para depositar em Banco particular

A minha autorização é esta, é escrita e este tem sido o meu posicionamento, inclusive em pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Antes de passar a palavra ao próximo Senhor Deputado inscrito, anuncio que se encontra sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi:

"Senhor Presidente, requeiro, com base no Regimento Interno, a prorrogação da duração da presente sessão, por mais duas horas."

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para externar o que pretendíamos dizer há algum tempo e não havíamos conseguido fazer uso da palavra, foi oportuna a observação do Senhor Secretário, sobre o episódio do xerox sobre o BANCO DO BRASIL e o Governo do Estado do Paraná, porque um assunto tão simples como esse, senão explicado, geraria...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa esclarece que deixa de acatar a questão de ordem levantada por Sua Excelência por duas razões: primeiro, porque a matéria vencida e segundo, que o Senhor Secretário já elucidou o Plenário com relação à questão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Passo a palavra ao próximo Senhor Deputado inscrito, Fiori Luiz.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO (Pela Ordem) - Já que os outros oradores foram agraciados com respostas a todas as perguntas, eu fiz apenas duas, e o Secretário elucidou uma. A segunda pergunta ele nem tratou do assunto: sobre a falência

do Brasil no Paraná. Faliu somente na Secretaria das Finanças e não faliu na COPEL. Essa resposta ele não deu.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A questão de ordem que Vossa Excelência levanta nesse instante, já foi respondida pela Presidência. Vossa Excelência teve o momento regimental para formular ou não o fez.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Não, eu fiz e fiz da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Quando Vossa Excelência perguntava seu tempo já estava vencido e a Mesa estava intervindo na sua . . .

O Sr. Quielse Crisóstomo - Eu gostaria que fosse consultada a sua assessoria, porque esta pergunta foi a única que fiz no meu tempo devido e não foi respondida. A outra não cheguei a fazer. Tenho mais três perguntas que não pude fazer.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa, com a preocupação de não cometer injustiça, vai aguardar o retorno do Senhor Secretário e consultá-lo sobre se respondeu ou não, a pergunta de Vossa Excelência. Se não respondeu, Vossa Excelência será esclarecido, por obséquio.

Antes de passarmos a palavra ao próximo Senhor Deputado inscrito, eu consulto ao Senhor Secretário se respondeu ou não as duas primeiras perguntas formuladas pelo Senhor Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. ERASMO GARANHÃO - Posso responder agora? Eu não disse ilustre Deputado, que o Brasil quebrou. Eu quis dizer com o termo quebrou, de não ter condições

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Faliu, foi o termo. As notas taquigráficas estão aí, Senhor Secretário. É a mesma coisa.

O SR. ERASMO GARANHÃO - O País não honrou seus compromissos. Agora, quanto à comparação de Paraná e COPEL, vejo ilariedade na sua pergunta.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - É coisa séria. A COPEL não sentiu essa falência nacional, porque só . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Mais uma vez eu quero solicitar a colaboração dos Senhores Deputados. A Presidência não tem como deixar de fazer cumprir o Regimento Interno. E será cumprido a qualquer custo.

Está com a palavra o orador inscrito, Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Quando um Secretário das Finanças moraliza o sistema de arrecadação tributária, enquadrando os grandes sonegadores que existiam no Governo Ney Braga . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa lembra ao ilustre Deputado Fiori Luiz que o assunto tributação está fora, não faz parte do objeto da convocação do Senhor Secretário. Solicito que Vossa Excelência se atenha ao objeto da convocação.

O SR. FIORI LUIZ - Uma outra pergunta. Quando um Governador como José Richa apontado pelas pesquisas como o mais popular do Brasil, esse Governador passa a ser visado? Se as operações conduzidas pela Secretaria das Finanças estão todas regulares, tudo foi feito da melhor forma como o Senhor colocou, a que Vossa Excelência atribui - eu gostaria que reforçasse a resposta que o Senhor já fez, uma colocação a respeito -

a que atribui as acusações do Secretário do Planejamento: seria uma disputa política, um complô, uma coisa preparada? Parece-me que o Senhor já abordou superficialmente esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa já havia interferido em pronunciamentos anteriores a questão que Vossa Excelência levanta. A Mesa não vai permitir que qualquer Senhor Deputado se desvie do objeto, do requerimento que foi aprovado por esta Casa. Solicito, com veemência, que Vossa Excelência se atenha estritamente ao objeto da convocação.

O SR. FIORI LUIZ - Vem a propósito, Senhor Presidente.

Eu quero saber se seria uma disputa política, um complô ou coisa preparada. Porque parece-me que pior que ser avalista de um papagaio de 2%, é ser avalista de um mar de corrupção como foi o Governo Ney Braga.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa adverte a Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao próximo Senhor Deputado inscrito Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhor Secretário.

Apesar de exaustivamente já conversado, já decantado e já falado o problema do dólar, nós não teríamos mais com que argumentar ou que considerar após os dois dias que aqui estivemos. O Paraná todo assistiu e nós temos certeza absoluta que, em representando o povo paranaense, nós aqui, como todo o demais resto da população, já tirou as suas conclusões. Mas aproveitando a oportunidade em que o Deputado Ivan Gubert não pôde terminar as suas perguntas, eu faria ao Senhor Secretário a seguinte questão: o empréstimo foi renovado em 01 do 10 ou em 21 do 12 (os particulares, evidente)? Por que os contratos não têm assinatura do Governador? A Lemann tem exclusividade ou teria exclusividade sobre a comercialização ou sobre a intermediação? Considerando que a operação de crédito com o Banco Comind foi a de maior valor (dez milhões de dólares) e que estranhamente também foi aquela na qual se pagou a maior taxa de intermediação 9.5%, é nossa preocupação conhecermos todos os detalhes a respeito, não só os operacionais como também o relacionamento entre as pessoas que, eventualmente, possam estar envolvidas, a fim de instruir procedimentos legais que acionaremos na época oportuna, Senhor Secretário, o Senhor conhece o Senhor Elói Spíndola, do Banco Comind? Sabe se ele está envolvido nas negociações?

Se o Senhor Spíndola tem algum laço de parentesco com algum membro do atual Governo do Estado? A outra pergunta e a última que faríamos a Vossa Excelência é a seguinte: o Secretário Belmiro Valverde confirmou documentadamente gravíssimas acusações, no dia de ontem, contra a sua atuação na Secretaria das Finanças no que se refere principalmente à contratação de empréstimos em moeda estrangeira. Faço a Vossa Excelência uma pergunta em duas palavras e solicito-lhe que me responda apenas uma dessas: nas acusações contra Vossa Excelência, o Secretário Belmiro Valverde foi honesto ou desonesto?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Pergunta nº 1 do ilustre Deputado Tuguio Setogutte: não saberia responder a Vossa Excelência as datas de renovação de valor de taxa, porque eu sou avalista num . . . eu só posso dizer a Vossa Excelência que é um dado que interessa muito quando o empréstimo foi feito: três de maio. Quanto a assinatura do Governador, todos os documentos que o Governador tem que assinar, estão

assinados. Penso que não haja nenhuma irregularidade. Quanto a maior taxa, peço que o Deputado, cometeu um pequeno equívoco, porque nas negociações feitas, entabuladas mais ou menos na mesma época e fechadas no mesmo dia, a maior taxa é 9.5% e não esta que estão sendo questionadas: 9.5, 8, 8 e 9%, está sendo questionada uma de nove, penso que aí... Quanto à pergunta n.º 4, não saberia responder e quanto a n.º 5 não quero ser juiz, não teria como responder se uma pessoa é honesta, honesta, nem me cabe responder.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Pela ordem, Senhor Presidente (Assentimento).

Faltou a resposta de uma pergunta: se a Lemann teria a exclusividade nas negociações ou nas intermediações do Governo?

O SR. ERASMO GARANHÃO - Sim, documento n.º 7 B. Eu já li umas duas ou três vezes este documento: é aquele que no final diz exclusiva...

Quer que eu leia de novo?...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo inscrito Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Secretário, segundo explicação do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, a participação da Lemann seria totalmente indispensável, e mais, deu até a entender que essa é uma corretora que atua subterraneamente, oportunisticamente, inclusive é idoneamente suspeita.

Eu gostaria de saber de Vossa Excelência, se é a primeira operação intermediada pela Lemann e o Governo do Estado do Paraná? A Lemann intermediou alguma operação com outros Estados que não o Estado do Paraná? E uma outra pergunta, se bem que em parte, parece-me que Vossa Excelência já respondeu. Eu gostaria de saber de Vossa Excelência se a Secretaria das Finanças consultou a Secretaria do Planejamento e a Procuradoria Geral do Estado, conforme determina o Decreto n.º 5882/74, antes de firmar essas operações e se possui algum documento para comprovar essas acusações.

O SR. ERASMO GARANHÃO - O ilustre Deputado Sérgio Spada, disse que o Excelentíssimo Senhor Secretário do Planejamento teria dito "totalmente indispensável". Penso que ele teria dito "totalmente dispensável". Esta é uma opinião dele, que não coordenou os negócios e eu acho que de sobra dei provas de que não tinha como se fazer empréstimo sem intermediação. Absolutamente não era dispensável.

E esta segunda pergunta responde alguma coisa da primeira. Eu não tenho os contratos todos feitos com a Lemann, mas tenho a informação de que a Lemann emprestou em 83, um bilhão de dólares. É uma empresa que existe no mercado, com crédito, respeitada. E aqui está a assinatura do Procurador Geral do Estado, que já disse também anteriormente condição "sine qua non" para o fechamento do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, povo do Estado do Paraná.

Inicialmente, gostaríamos de dizer que este Plenário, esta Assembléia vive, a partir de ontem, momentos de grandes decisões e de grandes esclarecimentos. Neste sentido, Senhor Secretário Erasmo Garanhão, perguntaríamos: existiria, no vosso entender, possibilidade para que todas as operações de crédito fossem contratadas diretamente aos Bancos internacionais e os seus escritórios? Se tal procedimento é possível,

porque a Secretaria das Finanças se utilizou de escritórios autônomos?

Segunda pergunta: no que diz respeito à captação de recursos externos, houve no Governo Richa mudanças de atribuições que antes eram da Secretaria do Planejamento e passaram, neste Governo para a Secretaria das Finanças?

Terceira pergunta: os depósitos de empresas da Administração Direta ou Indireta, estão ainda sendo feitos no Banco Mercantil de Descontos?

E finalmente, quarta pergunta, Senhor Secretário Erasmo Garanhão, é do vosso conhecimento haja vista que se comenta isso aos quatro cantos, que no passado se utilizavam ou melhor dizendo, o Governo Estadual se utilizava dos serviços de firmas empreiteiras no agenciamento e na captação dos recursos externos?

O SR. ERASMO GARANHÃO - A primeira pergunta eu acho que já respondi várias vezes. Em 83, foi absolutamente impossível fazer contratos senão através de intermediários. O Governo Richa quando assumiu não transferiu competências da Secretaria do Planejamento para a Secretaria das Finanças. Entendo que esta incumbência que tem hoje a Secretaria das Finanças tinha também no último governo, mas consta que contratos de empréstimo externo, no passado, eram de responsabilidade, eram executados e eram administrados pela Secretaria do Planejamento, no passado. Eu não tenho absoluta segurança nesta informação, mas, informação que eu tenho sem provas, eu não gostaria de hoje falar nada aqui sem provas, é que no passado as contratações de empréstimos externos eram feitas pela Secretaria do Planejamento na época inclusive que o atual Secretário do Planejamento era Secretário de Planejamento de outros Governos.

Quanto a depósitos não estão sendo feitos; não estão sendo feitos, se foi, foi contra a minha vontade alguns, não sei, estão afirmando, eu nunca soube disso, sempre fui contra isso. Quanto a serviços de firmas que tivessem entrado como intermediárias para contratação de empréstimos, eu não tenho conhecimento, o que eu sei, é que as empreiteiras no passado recebiam com atraso, mas acho que é outra coisa isso.

É outra coisa, recebiam com atraso e o nosso Governo colocou em dia, mas isso acho que não responde a pergunta do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Secretário, ontem, ouvimos nesta mesma Casa, o Senhor Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, que pela palavra e pelos documentos preliminarmente nos convenceu e acredito que a opinião pública de que realmente houve ou haveria irregularidade na transação dos dólares que é motivo desta convocação.

Hoje, ouvimos Vossa Excelência com atenção, é que pela palavra e pela documentação apresentada contradiz ou desfaz ou pretende desfazer parte das palavras e dos documentos ontem aqui apresentados.

Eu atribuo de que a última palavra aos ouvidos do público sempre é o que prevalece porque fica sem contestação. No entanto, a nós, representantes do povo nesta Casa, cabe fazer indagação e eu peço a Vossa Excelência que não se perturbe às vezes se martelamos numa mesma tecla, porque é obrigação de todos nós esclarecer determinados pontos e eu tenho algumas perguntas:

Qual a razão da existência no empréstimo feito junto ao Midland Bank, no valor de 98 mil dólares, de duas empresas de intermediação, uma ligada ao próprio Banco, a Midland Montagu, que cobrou 5% e a outra a Lemann, uma mera pica-reta de intermediação, segundo palavras do Secretário Belmiro

que cobrou uma comissão de "over price" de 3%, porque outros Governos como o de Santa Catarina, Bahia e Alagoas, mesmo tendo pago taxas mais altas em função do dia do negócio, conforme Vossa Excelência mesma explicou, não utilizaram deste expediente, ainda que tendo pior tradição que o Governo do Paraná em captação de recursos.

A segunda pergunta, os pareceres dados pela Secretaria do Planejamento e Procuradoria Geral do Estado, que conforme o Senhor foram dados eram também sobre as taxas de agenciamento que são extra-contratuais ou só sobre o contrato de empréstimo.

E a terceira e última indagação eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse a respeito, expediente fornecido pela assessoria de Vossa Excelência, a nós Deputados, onde na folha nº 10, que tem uma contradição de datas e percebemos de que está pela mesma pessoa que numerou este expediente a nós distribuindo adulterado o mês de maio para o mês de abril e verificamos e temos curiosidade e gostaríamos de esclarecimentos de porque este é o único expediente recebido pela Secretaria sem protocolo; está protocolado para desfazer, quando nenhum dos outros expedientes a nós fornecido tem o protocolo da Secretaria.

Obrigado.

O SR. ERASMO GARANHÃO — Antes de responder, devo dizer ao ilustre Deputado Augusto Carneiro, que acho que os Deputados têm todo o direito de perguntar e reperguntar, para que não fiquem dúvidas às respostas. Estou aqui com o maior prazer. Tenho a honra de ter sido questionado por Vossa Excelência.

Eu anotei cinco perguntas de Vossa Excelência. Eu vou tentar responder às cinco. Se falar alguma coisa, parece que a numeração de Vossa Excelência não bate com a minha mas, quanto à "preliminarmente convenceu", eu a acho que é exatamente isso de ontem para hoje, que nós ouvimos, se compararmos isso com um Júri, o promotor. Todo mundo que ouve o promotor, num Júri, fica pensando que a pessoa é criminosa que realmente matou, que era bárbara, que era estúpida, etc. Mas tem que esperar a vez do advogado de defesa; e por isso, hoje eu penso que as coisas e o povo do Paraná se modificaram.

Quanto, na minha anotação, à segunda pergunta, seria de duas empresas de intermediação? Não houve duas empresas de intermediação; já disse aqui ao Deputado Paulo Furiatti. A Midland Montagu é o Banco; é uma coisa só; é uma pessoa jurídica só. E a Lemann é a corretora; são só duas pessoas. O Senhor tem razão que os Estados de Pernambuco, Alagoas, etc., contrataram e tiveram só uma. Mas aqui também é: a Midland Montagu é uma coisa só.

Quanto, a ontem, aqui, a Lemann ter sido chamada de "picareta", eu não me atrevo a fazer essa afirmação; eu acho que é uma empresa idônea, ilibada na sua conduta, nos seus negócios, que tem tradição de negócios; que aplicou uma quantidade enorme de dólares em todo o Brasil. Aqui acho que seria mais de perguntar, quem fez esta afirmação. É possível até que a própria Lemann queira explicação sobre isso.

Por que outros Governos não se utilizaram desse expediente? Já disse, várias vezes, é em função de mercado.

Se a CEPLAN, quando assina os contratos, se ela verifica a taxa? Ora, Srs. Deputados, se eu assino um documento, se eu sou co-responsável por um documento, eu o assino sobre todos os aspectos. No documento tem todos os dados: taxas, prazo, Spread, Flat Fee, etc. Eu não posso admitir que eu assine um documento e assumo com ele responsabilidade, dizendo: Olha, isso aqui eu assinei só do ponto de vista visual. Isso aqui eu assinei do ponto de vista da coloração. Eu saí com uma mulher, hoje mas saí só do ponto de vista. Quer dizer, quando alguém assina um documento, assina sobre ponto de vista de tudo que contém o papel. E o papel continha todos esses dados.

E, por último. Esta letra é minha, Sr. Deputado. Esse abril escrito no original, com letra vermelha é minha. Só para tirar o equívoco. Nós fizemos esta correspondência no dia 25 de abril e ela foi escrita imediatamente, cinco dias depois. Não teria como ser 30 de maio, mesmo porque hoje é dia 16 de maio. Então, para ficar mais claro para os Srs. Deputados, eu pus encima, não risquei, não inutilizei, para colocar a verdade.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que a Casa fique com a documentação completa, solicitaria que encaminhasse junto com esses documentos a cópia do Midland Bank, que capeou a minuta do primeiro documento citado ontem que nós não temos aqui.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto ao Sr. Secretário se teria condições de enviar aos Srs. Deputados esta cópia.

O SR. ERASMO GARANHÃO — Estão no dossiê de Vossa Excelência. Faltou alguma coisa. Vou dizer o número: 4 e 4a. 4, é o que capeia, é a carta propriamente dita, e 4a. é a minuta.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Solicito ao ilustre Deputado Gilberto Carvalho, se se acha esclarecido?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Em 1982, esta Assembléia autorizou o Estado do Paraná a lançar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual.

Tal prática foi adotado em alguns Estados da Federação, inclusive, os dirigidos pelo PMDB, como é o caso do Estado de Minas Gerais, cujo Secretário das Finanças declarou em entrevista concedida à revista de circulação nacional de que seria uma responsabilidade a contratação de empréstimos internacionais em dólares face à situação do mercado.

O PMDB igualmente na campanha eleitoral mal dizia os dólares e afirmava que teria um Governo com base nos recursos do Estado do Paraná que precisava apenas de competência para bem geri-los.

Entretanto, não é isso que verifica, os ao longo do primeiro ano de governo, quando o Governo Peemedebista aumentou a dívida externa do Estado do Paraná.

O SR. TADEU FRANÇA — (Pela ordem) Não me consta que esteja em pauta a questão da discussão sobre condição do então candidato José Richa a Governador, em tempo de campanha.

É por esta razão que solicito a Vossa Excelência para que advirta o orador na tribuna, para que se atenha ao fato do momento, a "operação em dólares junto ao Midland Bank".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa acata a questão de ordem levantada pelo Senhor Deputado Tadeu França e, encarece a Vossa Excelência que se atenha ao objeto...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu não aceito a opinião de Vossa Excelência, porque estão fazendo indagações a respeito de um assunto sério, que é a irresponsabilidade na contratação de empréstimos...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa está com a

palavra decidindo uma Questão de Ordem e solicita a audiência de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu requeiro a Vossa Excelência que submeta ao Plenário a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa acata o requerimento de Vossa Excelência e, regimentalmente, submete ao Plenário a Questão de Ordem decidida pela Mesa para que o mesmo a referende ou não.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em Questão de Ordem, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram ficar como estão.

Está mantida a decisão da Mesa, e esta solicita a Vossa Excelência que se atenha ao objeto da convocação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A indagação que faço, na condição de Líder da Oposição, é porque os empréstimos em dólares e não as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

A segunda indagação que formulo à Presidência deste Poder.

O Secretário Erasmo Garanhão declarou-se nesta tarde, um homem de negócios.

Como um homem de negócios pode aceitar as exigências a que se refere no relatório da Secretaria das Finanças para aumento da taxa de intermediação cobrada por aquilo que o Secretário Belmiro Valverde Castor, designou "picaretas"?

Como um homem de negócios, da iniciativa privada pode aceitar de um cidadão, que não é dono do dinheiro, porque o dono do dinheiro é o Midland Bank aceitar, como que num passe de mágica que a taxa seja elevada de 7 para 8 por cento, causando, segundo palavras do Secretário Belmiro Valverde Castor, um prejuízo de 98 mil dólares aos cofres públicos estaduais?

A terceira indagação, Sr. Presidente, a operação de 7 milhões e 200 mil dólares em andamento junto ao Midland Bank, agenciada pela mesma, indefectível, Lemann, foi abortada, segundo palavras do Secretário Belmiro Valverde Castor, graças à interferência do Chefe da Casa Civil, que deve ser ouvido neste Plenário, igualmente pelo Procurador Geral do Estado, Mauro Maranhão; foi abortada, porque era, segundo o Secretário, desnecessária, face aos recursos que o Estado dispunha, recursos nunca negados, nem pelo Secretário Erasmo Garanhão nem pelo Governador José Richa...

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Pela Ordem) Ele havia falado um minuto e vinte e já falou mais dois minutos e 54 segundos. Portanto...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa a Vossa Excelência que foi cuidadosa no desconto do tempo, portanto resta a Sua Excelência trinta segundos para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O PMDB está mais interessado no relógio do que na apuração da verdade... (Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa suspende a sessão até que retorne a ordem no Plenário. (É suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Sr. Secretário das Finanças, para responder às indagações do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. ERASMO GARANHÃO — Passo a responder, com satisfação, as perguntas do Líder da Oposição, nesta Casa.

Por que empréstimos em dólares, e não captação através de ORTNs, digo, e não lançamento de ORTNs, se há uma autorização?

Esta, Srs. Deputados, é uma decisão de Governo; está não é uma decisão que está afeta única e exclusivamente à minha Secretaria. É uma decisão que, naturalmente, terá a palavra final do Governador e que assessorada pelo Planejamento, pelas Finanças, pela Casa Civil, vai tomar as decisões.

Mas quero dizer-lhes que a captação de recursos no mercado interno, tamanho custo de dinheiro, no momento, é mais elevada do que a captação de empréstimos em dólares. E, sendo mais caro, eu não poderia nunca opinar para esta modalidade.

É uma decisão de Governo, mas como não costumo furtar-me à responsabilidade, à minha opinião, a minha posição pessoal é contra, justamente por isto, por ser mais caro que os empréstimos externos.

Quanto à afirmação de homem de negócios, eu quero dizer, que sou o homem de decisão.

Quanto ao chamamento da Lemann de "picareta", eu de novo digo o que eu disse antes, é uma afirmativa de ontem, de Sua Excelência, o Sr. Secretário do Planejamento, que não me cabe analisar.

Para mim, a Lemann é uma empresa idônea, que emprestou a vários Estados grandes quantias, de tradição no mercado, e eu não penso que ela seja uma "picareta". Se assim pensasse, não teria feito negócios com ela, e esta afirmativa, fica por responsabilidade de quem a fez.

Quanto ao abortamento desta operação de 7.2 milhões de dólares, que só teria acontecido por denúncia do Sr. Secretário do Planejamento, quero dizer, que no documento número oito verifica-se que isto, na realidade, não aconteceu.

Infelizmente Sua Excelência o Secretário do Planejamento, ontem faltou com a verdade, quando afirmou isto. Ele disse aqui uma inverdade, porque está aqui no documento número oito o meu despacho, dizendo, questione-se a taxa quanto ao Midland, no dia 10. Quando houve a reunião do dia 11, no Palácio, eu disse ao Governador: "Sr. Governador, há um despacho meu num documento que vou dizer a Vossa Excelência, textualmente: questione-se o Midland quanto à taxa." E invoco aos Srs. Deputados testemunhos do Sr. Governador do Estado, para os Srs. verificarem e provarem se isto não é verdade.

Os Srs. têm aí o documento n.º 8.

Para encerrar, Srs. Deputados, gostaria de dizer o seguinte, não vai ser, Srs. Deputados, não vai ser, povo do Paraná, numa irregularidade no campo moral, que os Srs. Deputados vão pegar o Secretário das Finanças.

Sei que ontem veio aqui quem fez as denúncias. Sei que os Srs. Deputados, principalmente os da Oposição, tinham a obrigação, o dever, perante o povo, de ouvi-lo, de questioná-lo e de anotar as suas denúncias.

Afinal de contas, são dos Secretários do mesmo Governo, a Oposição está no seu papel sagrado, da oposição.

Lamentavelmente a nossa oposição, nestes anos todos em que não estive no governo, é possível, eu não tenho conhecimento total, os Srs. têm mais conhecimento que eu, mas é possível que a nossa Oposição não tenha sido tratada pelo Governo, nestes anos, como hoje é tratada a Oposição, nesta Casa.

Eu sei de uma coisa, que o desejo do Governo é que a Oposição seja tratada com todos os seus direitos.

Vou pedir a paciência dos Srs. Deputados, para ler uma carta, Srs. Deputados, porque acusam numa triangular, que eu estaria me beneficiando deste Banco Mercantil de Descontos. A rede de arrecadação de tributo do Estado era composta, até o começo do ano, por quarenta e quatro bancos. Nós entendemos que, para diminuir os custos, iríamos reduzir vinte e três bancos desse conjunto de agências arrecadadoras de tributos.

Sabem os Srs. Deputados que, o que os bancos mais

desejam hoje é a arrecadação de tributos.

Sabem os Srs. Deputados que os bancos particulares pagam para receber tributos de empresas e de clientes.

Pois bem. O Governo José Richa, para economizar 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, cortou da rede arrecadadora, 23 Bancos. Por quê? Porque esses 23 Bancos custavam, aos cofres públicos, um terço dos custos de arrecadação com processamento de dados, etc., e arrecadava apenas 10 por cento. Dos 44, 23 Bancos arrecadavam apenas 10 por cento, os outros 21, arrecadavam 90 por cento. E estes 23 tinham o custo de um terço.

Fizemos em um critério meticuloso, onde se contava um número de agências, a localização, o total arrecadado, etc, etc., num critério meticuloso, que respondemos com todos os detalhes à Federação Nacional dos Bancos, e excluímos 23 Bancos das redes arrecadadoras.

Pois bem, Srs. Deputados, o Banco Mercantil de Descontos S/A foi um dos Bancos excluídos da rede arrecadadora do Estado, com uma carta minha, no dia primeiro de março. Passo a ler a Vossa Excelência, dizendo antes o seguinte: muitas vezes aqui foi dito pelos Srs. Deputados — a quem eu tributo o meu maior respeito — que o denunciante ontem era um homem probo, honrado, honesto e digno. Eu não venho a esta Casa para dizer o contrário, porque não sou dado às denúncias fracas e sem fundamento. Falso testemunho aprendi de menino na enxada, que era a coisa pior que um homem poderia cometer depois de torturar.

Não vou dizer que não tinha na minha conta, até Sua Excelência o Secretário do Planejamento como um homem probo, honrado, digno e trabalhador, e seriam montanhas de razões necessárias para ainda não me convencer a trazer uma denúncia ao povo do Paraná.

A dignidade de um homem não se joga na rua. Este homem que a dignidade está sendo discutida aqui, tem quatro filhos, tem uma mulher, enfim, tem uma família.

Ao encerrar, quero dizer ao povo do Paraná que eu me sinto gratificado. Posso não ter convencido todos os Srs. Deputados, do meu Partido, do meu Governo, posso não ter convencido todas as Suas Excelências digníssimos Deputados do Partido Democrático Social. E quero dizer que hoje tiveram um comportamento de respeito para com minha pessoa, nesta Casa.

Quero dizer aos Srs. Deputados que me sinto gratificado. Se não convenci a todos, para mim, para minha consciência eu estou tranqüilo.

Tranqüilo porque a minha consciência está limpa. A minha alma está alvejada. Quero dizer que estou feliz perante os meus filhos, perante a minha mulher, perante meus parentes, perante maus amigos do Paraná e do Brasil, porque vim aqui e disse a verdade toda, num filme dinâmico.

Vim para dizer a verdade, trouxe os documentos numerados aos Srs. Deputados, e conferi com eles no “pari passu” do tempo, minuto a minuto.

Não me furto à verdade, mas não seria capaz nem nessa veemência, de fazer acusações vazias e infundadas.

Para encerrar, Srs. Deputados, passo a ler a carta que dirigi no dia primeiro de março de 1984, ao Banco Mercantil de Descontos:

“Prezados Srs., considerando os elevados custos para a Fazenda Pública, resultantes das operações de controle e consistência da arrecadação e respectivos repasses, esta Secretaria se vê obrigada à redução desses encargos, racionalizando o quantitativo de órgãos que compõem a rede autorizada a arrecadar as receitas do Estado.

Em decorrência, venho formalmente denunciar, nos termos da cláusula décima, o convênio firmado entre este Banco e essa Secretaria em 15 de 08 de 1983.

Outrossim, esclareço que as atividades de arrecadação

de tributos estaduais por esta instituição deverão ser encerrados até o dia 26 de março de 1984.

Ao ensejo, apresento os agradecimentos dessa Pasta pela colaboração prestada até essa data. Certo de que as razões expostas merecerão a compreensão de Vossas Senhorias...”

Quero dizer, Srs. Deputados, que não sou homem afeito às riquezas. Se eu tivesse interesse às riquezas, se tivesse interesse a patrimônios, eu podia hoje, quem sabe, pegar o meu currículo e conseguir excelentes salários neste País, até mesmo de outros Governos. Creio que ninguém no Paraná, duvida, hoje, para fazer dinheiro.

Quero dizer a Vossas Excelências, para encerrar, Srs. Deputados, que não vai ser nesta, de indignidade, de imoralidade, que vão me pegar no Governo José Richa.

Sou um dos seus soldados, e não há de ser pela minha pessoa que vou denegrir o seu Governo, muito pelo contrário. Posso cometer erros, sou um homem de veemência, sou homem de decisões, sou homem que assume o diz e está a prova, aqui, hoje, o Deputado de Ponta Grossa. Mas não sou homem de cometer falcatuas, porque tenho currículo e passado que me eximem disto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Nada mais havendo a tratar...

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Art. 86, § 2.º Sr. Presidente.

Em nome da Bancada do PDS, comunicamos à Mesa e ao Poder, que nos reservamos o direito integral de fazer doravante a confrontação necessária entre os depoimentos aqui prestados, ontem pelo Secretário do Planejamento, hoje pelo Secretário de Estado das Finanças.

Permito-me fazer também, em nome da Bancada, pelo relacionamento anterior a este período governamental, e mais, pelo conhecimento e pelo respeito que devotamos ao Secretário do Planejamento, permito-me dizer a Vossa Excelência e à Casa, que entendemos como extremamente séria a afirmação do Secretário de Estado das Finanças, taxando o Secretário do Planejamento de mentiroso.

Como interessa a este Poder levantar os fatos com isenção, e como esta é uma questão que não comporta posicionamentos individuais de qualquer um de nós, afirmamos perante os Srs. Parlamentares e perante o povo do Paraná, que ao PDS não move outro interesse que não o de contribuir para que este Estado, não seja estigmatizado nacionalmente, com a marca que já o definiu, há dezenas de anos atrás.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita que Vossa Excelência conclua sua Questão de Ordem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pelo Regimento eu tenho dez minutos e estou fazendo uma comunicação à Casa.

O SR. PRESIDENTE — Acontece que a Mesa escuta Vossa Excelência por pura liberalidade, porque o artigo invocado por Vossa Excelência não traduz o que Vossa Excelência invoca.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permita-me ler a Vossa Excelência o parágrafo segundo do artigo 86.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa já o leu.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E na conclusão do artigo deve ter observado “ou comunicação a fazer”. Nós estamos fazendo uma comunicação do mais alto interesse.

O SR. PRESIDENTE — Eu esclareço a Vossa Excelência, para que não surja dúvidas de que este artigo só é aplicado na hora do Pequeno Expediente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, como esta é uma sessão sem Pequeno Expediente, quero que Vossa Excelência interprete o Regimento sem que naturalmente

considere o Pequeno Expediente. É uma sessão especial e muito importante. Uma sessão especial, Senhor Presidente, talvez nem comporte as interpretações literais do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Mesmo sendo uma sessão especial, a Mesa não pode deixar de cumprir o Regimento Interno.

Solicito a Vossa Excelência que conclua as palavras.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Concluirei, Senhor Presidente, dizendo que ao PDS interessa a apuração da verdade. Nós do PDS nos sentimos atingidos por esta crise que abala o Governo do Estado do Paraná, porque nós somos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos):
(Faz soar os tímpanos).

A Mesa deixa de ouvir a Questão de Ordem de Vossa Excelência, por ser anti-regimental.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, um esclarecimento: as Lideranças se quiserem fazer uso da palavra não o poderão no final da sessão? É uma questão de esclarecimento, uma Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu não ouvi o que Vossa Excelência pergunta.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu pergunto se existe a possibilidade das Lideranças se pronunciarem, porque o Deputado Ailton Cordeiro não se pronunciou no Horário das Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o Horário das Lideranças já passou, porque houve um acordo entre ambas, que não usariam da palavra nesta sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, apelo para a liberdade de Vossa Excelência, que conceda-me o mesmo tempo destinado ao Deputado Ailton Cordeiro para responder e assegurar a Sua Excelência, que a nós do PMDB que somos maioria nesta Casa, queremos assegurar aos eminentes colegas do PDS que nesta Casa eles terão assegurado os seus direitos de minoria para perquirirem a verdade quanto quiserem.

É a informação que eu quero dar à Casa que a nós do PMDB preocupa, que a Oposição seja inteiramente livre para que ela possa funcionar. Esta é a questão de ordem que eu quero assegurar aos homens do PDS, que aqui o direito par-

lamentar será preservado, coisa que lamentavelmente no passado não foi a nossa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Agradeço a comunicação que acaba de fazer o Líder do Governo nesta Casa, eu comunico à Assembléia que iremos requerer que sejam ouvidos o Secretário Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco e o Procurador Geral do Estado do Paraná, para que eles possam na qualidade de testemunhas do Secretário Belmiro Valverde Castor, prestarem o seu depoimento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu gostaria de aproveitar a liberalidade de Vossa Excelência, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu comunico a Vossa Excelência que a liberalidade da Mesa encerra-se agora. Já foram ouvidos Deputados das duas Bancadas e esta Presidência não se dispõe a dar cumprimento ao Regimento Interno desta Casa.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Apenas para fazer um convite à Bancada do PDS, Senhor Presidente, que fugiu da Comissão de Corrupção com medo do passado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 98/83, 118/83, 125/83, 133/83.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 61/83, 75/83, 121/83, 143/83, 241/83, 22/84, 52/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 119/83, 120/83, 121/83, 122/83, 123/83, 124/83, 126/83, 127/83, 128/83, 130/83, 132/83, 134/83, 135/83, 136/83, 03/84.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 230/83, 14/84, 15/84, 17/84, 32/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n.ºs 02/84, 06/84, 07/84.

Levanta-se a sessão.